

# Financiamento do Sistema Educativo em Angola, presente e futuro: O custo por aluno - o caso de Benguela

**Alberto Inácio Wasapi Tchivinda**

**Dissertação de Mestrado em Finanças**

Orientação: Prof. Doutor Paulo Alexandre Botelho R. Pires

Abril, 2016



UNIVERSIDADE PORTUGALENSE

# **Alberto Inácio Wasapi Tchivinda**

**Financiamento do Sistema Educativo em Angola, presente e futuro:**

**O custo por aluno - o caso de Benguela**

Dissertação apresentada na Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Mestre em Finanças, sob a orientação do Prof. Doutor Paulo Alexandre Botelho R. Pires

Departamento de

Economia Gestão e Informática

Abril, 2016



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

## **PENSAMENTO**

“Educação nunca foi despesa. Sempre foi um investimento com retorno garantido”

**(Arthur Lewis)**

## **DEDICATÓRIA**

**Aos meus pais**

**Aos meus filhos**

**À minha esposa,**

**Dedico este trabalho**

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pai todo-poderoso, ao meu pai e a minha mãe que já não encontra-se na terra dos vivos, pela dedicação e grandiosa educação concedida.

À minha esposa, **Josefina Sapomba** pelo apoio incondicional para que este trabalho fosse um facto.

À minha família de um modo geral, pela força e apoio moral.

Ao meu caríssimo orientador, **Professor Doutor Paulo Pires** pela sabedoria, inteligência, exigência, incentivo e incansável orientação para a conclusão deste trabalho.

Aos diretores, docentes e alunos das escolas do 2º ciclo do ensino secundário geral da província de Benguela que com a sua colaboração permitiram que este trabalho tivesse êxitos.

Ao **Dr. Marcelino Cheto** pela colaboração e ajuda.

Aos meus colegas, que muita força e encorajamento foram dando-me para a conclusão deste trabalho.

À Direção da CESPU – Formação, S.L. que com muita sabedoria e perspicácia fez com que a CESPU fosse extensiva a Angola, tão importante e tão valioso contributo formativo, o meu profundo apreço.

À CESPU Formação – Benguela que sempre nos acompanhou e nos aguentou nos momentos difíceis do nosso Curso, suportando e aceitando as nossas limitações, a minha imensa gratidão.

Aos meus professores do curso, que com muita eficácia e eficiência conseguiram transmitir os seus conhecimentos que serviram de suporte para este trabalho.

## **Financiamento do sistema educativo em Angola, presente e futuro: O custo por aluno - o caso de Benguela.**

### **RESUMO**

O financiamento do sistema educativo é considerado, de uma forma geral, importante mecanismo de desenvolvimento de um país e em particular de uma região. No entanto, devido as dificuldades que se vivenciam quer para alunos e docentes, foi essencial que se analisasse o investimento no ensino em Angola e em particular na província de Benguela.

Além disso, o aumento da taxa de natalidade verificado nos últimos anos em Angola e o conseqüente aumento de alunos que acedem ao ensino médio, acentuam a relevância de analisar o financiamento do ensino assim como fazer um estudo sobre o custo por aluno.

Neste trabalho está implícito a capital importância no investimento do capital humano e nas infraestruturas.

Para responder ao problema deste trabalho mostrou-se pertinente fazer um estudo socioeconómico aos alunos e docentes para ter-se uma ideia das variáveis que estão na base do financiamento no ensino.

Constatou-se que o custo por aluno reflete-se nas despesas com o material didático, transporte, e alimentação. Pelo que o estado deve criar políticas para minimizar os custos.

Neste trabalho, constatou-se também que o estado deve aumentar o orçamento no sector da educação, para colmatar a condição de vida dos docente e alunos.

Verificou-se também, que quanto mais se gastar em educação, mais desenvolvimento económico-social, maior nível de literacia fundamentalmente nas competências dos indivíduos e mais estabilidade o país terá.

**Palavras-chaves:** Educação, financiamento, gastos, investimento e desenvolvimento.

## **Education system Financial in Angola, present and future: The cost by pupil – the case of Benguela.**

### **ABSTRACT**

The Financing of the Education system is considered, in general way, as important mechanism of development of a country and in particular of a region. However, due to the difficulties both students and teachers face, it was essential an analysis the investment education in Angola and in particular in Benguela province.

Besides this, the increasing rate of birth verified in last years in Angola and the consequent increasing amount of students attending the intermediate level, makes it relevant to analyse the teaching financing as well as analyzing the cost per student.

In this work it is implicit the immense importance of the investment of the human capital and infra-structures.

To find a solution to the problem of this work, it was vital to do a socio-economic study of students and teachers in order to have an idea of variables on base of financing of education.

We found that the cost per student consists on spending with school materials, transportation and feeding. The government should create policies to reduce the costs.

In this work, we also found that, the government should increase the budget on education sector/area, to improve the life conditions of students and teachers.

We also found that, the more it is spent on education, the more social economic progress, the most literacy level particularly on people's competences and more stability the country will have.

**Key-words:** Education, financial, spendings, investment and development.

## ÍNDICE

<b>1. Introdução</b> .....	<b>11</b>
1.1. Background .....	13
1.2. Educação colonial em Angola: Breve análise histórica .....	13
1.3. Da educação “intermitente” ao ensino oficial .....	17
1.4. Educação e politização da sociedade angolana: 1976-1980 .....	21
1.5. Problema de Investigação .....	24
1.6. Justificação da pesquisa .....	24
1.7. Definições .....	24
<b>2. Revisão da Bibliografia</b> .....	<b>29</b>
2.1. O novo Sistema de Educação e Ensino (Depois da independência) .....	29
2.2. O desenvolvimento do sistema educativo nos anos oitenta.....	33
2.3. Análise do nível de literacia em vários países e associação com o nível de vida e a economia dos respectivos países.....	35
2.4. Investimento em ensino.....	37
2.5. Pesquisa teórica do problema: analítica .....	44
2.5.1. Estudo do Custo por Aluno .....	44
<b>3. Metodologia</b> .....	<b>45</b>
3.1. Justificação da metodologia .....	45
3.2. Descrição da metodologia .....	45
3.2.1. Procedimentos do estudo .....	45
<b>4. Análise de dados</b> .....	<b>46</b>
4.1. A análise de dados abaixo refere-se aos docentes de diferentes escolas .....	59
4.2. Resumo da Análise de dados.....	77
4.3. Inquérito aos Docentes.....	78
4.4. Inquérito aos alunos .....	83
<b>5. Conclusões</b> .....	<b>87</b>
<b>6. Referências Bibliográficas</b> .....	<b>88</b>
<b>7. Anexo 1</b> .....	<b>89</b>
<b>8. Anexo 2</b> .....	<b>98</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Sexo dos estudantes.....	46
Tabela 2: Idade dos alunos.....	46
Tabela 3: Escola dos alunos.....	47
Tabela 4: Residência dos pais .....	48
Tabela 5: Residência actual.....	49
Tabela 6: Curso dos alunos .....	50
Tabela 7: Tipo de aluno.....	50
Tabela 8: Primeira escolha do ensino médio.....	51
Tabela 9: Via acesso ao ensino médio .....	52
Tabela 10: Experiência profissional.....	52
Tabela 11: Tipo de alojamento.....	53
Tabela 12: Condições de alojamento.....	54
Tabela 13: Orçamento mensal .....	54
Tabela 14: Avaliação da situação financeira.....	55
Tabela 15: Local habitual para refeições.....	56
Tabela 16: Transporte .....	57
Tabela 17: Visitas e período de estadia.....	57
Tabela 18: Caracterização profissional dos pais : Pai/ Mãe.....	58
Tabela 19: Escola.....	59
Tabela 20: Categoria profissional .....	60
Tabela 21: Anos na instituição onde trabalha.....	61
Tabela 22: Dias de trabalho.....	62
Tabela 23: Avaliação das condições de trabalho.....	63
Tabela 24: Sexo.....	64
Tabela 25: Idade.....	64
Tabela 26: Estado civil.....	65
Tabela 27: Habilitações Literárias.....	66
Tabela 28: Naturalidade .....	67
Tabela 29: Residência actual .....	68
Tabela 30: Número de pessoas no agregado.....	69
Tabela 31: Número de filhos.....	70
Tabela 32: Tipo de alojamento.....	71
Tabela 33: Rendimento mensal .....	72
Tabela 34: Despesas mensais do agregado.....	73
Tabela 35: Transporte .....	74
Tabela 36: Visitas e períodos de estadias.....	75
Tabela 37: Poupança mensal.....	76
Tabela 38: Empréstimos .....	77

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sexo dos alunos.....	46
Gráfico 2: Idade dos alunos.....	47
Gráfico 3: Escola dos alunos.....	48
Gráfico 4: Residência dos pais.....	49
Gráfico 5: Residência actual.....	49
Gráfico 6: Curso dos alunos.....	50
Gráfico 7: Tipo de aluno.....	51
Gráfico 8: Primeira escolha do ensino médio.....	51
Gráfico 9: Via de acesso ao ensino médio.....	52
Gráfico 10: Experiência profissional.....	53
Gráfico 11: Tipo de alojamento.....	53
Gráfico 12: Condições de alojamento.....	54
Gráfico 13: Orçamento mensal.....	55
Gráfico 14: Avaliação da situação financeira.....	56
Gráfico 15: Avaliação da situação financeira.....	56
Gráfico 16: Transporte.....	57
Gráfico 17: Visitas e período de estadia.....	58
Gráfico 18: Caracterização profissional dos pais : Pai/ Mãe.....	59
Gráfico 19: Escola.....	60
Gráfico 20: Categoria profissional.....	61
Gráfico 21: Anos na instituição onde trabalha.....	62
Gráfico 22: Dias de trabalho.....	63
Gráfico 23: Avaliação das condições de trabalho.....	63
Gráfico 24: Sexo.....	64
Gráfico 25: Idade.....	65
Gráfico 26: Estado Civil.....	66
Gráfico 27: Habilitações Literárias.....	66
Gráfico 28: Naturalidade.....	68
Gráfico 29: Residência actual.....	69
Gráfico 30: Número de pessoas no agregado.....	70
Gráfico 31: Número de filhos.....	71
Gráfico 32: Tipo de alojamento.....	72
Gráfico 33: Rendimento mensal.....	73
Gráfico 34: Despesas mensais do agregado.....	74
Gráfico 35: Transporte.....	75
Gráfico 36: Visitas e período de estadia.....	75
Gráfico 37: Poupança mensal.....	76
Gráfico 38: Empréstimos.....	77

---

# 1. INTRODUÇÃO

---

Se o próximo século deve ser para África, o século do progresso económico e social povo africano, marcado pela paz e desenvolvimento duráveis, o êxito desta empresa depende em grande parte do sucesso do nosso sistema educativo. Com efeito, nenhum país do mundo atinge um desenvolvimento durável sem um sistema educativo eficaz, sem um ensino primário sólido e universal, sem um ensino superior e uma investigação eficientes, sem igualdade de oportunidades em matéria de educação. E para se proceder a mudança desta situação é necessário definir estratégias e opções políticas- educativas abrangendo tanto os aspetos institucionais como os relacionados com a qualidade e os meios de ensino. Em particular, há que prestar especial atenção aos aspetos relacionados com o financiamento da educação.

Consequentemente, para que haja este desenvolvimento é necessário que se invista no sistema educativo e no homem. E isto reflete-se em custos e financiamentos, questões que levam-nos ao tema deste projeto de tese: o financiamento do sistema educativo em Angola; presente e futuro.

Este estudo tem como objetivos:

- Identificar as fontes de financiamentos das escolas.
- Avaliar o custo do ensino, diferenciando segundo os vários, níveis, etapas e modalidades;
- Determinar as variáveis que influenciam no cálculo do custo aluno.

## **ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

A dissertação foi estruturada em cinco capítulos. No capítulo I foi abordado a motivação e a relevância do estudo, assim como, os objetivos e questões que se pretendem ver respondidas com esta investigação. Ainda neste capítulo, fez-se um background sobre a educação colonial em Angola, abordaram-se também algumas definições sobre educação.

O capítulo II descreve a revisão da bibliografia relativamente a educação depois da independência, analisando-se também o nível de literacia em associação com o nível económico de diferentes países. Neste capítulo, caracterizou-se a relevância do investimento no ensino e a importância do estudo do custo por aluno.

O capítulo III descreve a metodologia e justificativa aplicada ao estudo, essencialmente no procedimento de recolha de dados e amostra do estudo.

O capítulo IV aborda a análise e discussão dos resultados obtidos pelos inquéritos por intermédio de tabelas e gráficos.

Finalmente, no capítulo V, apresentam-se as conclusões obtidas neste estudo. Apresentam-se também as perspectivas de trabalho futuro, onde se referem as limitações encontradas durante o estudo e as linhas orientadoras para futuras investigações que venham enriquecer o conhecimento nesta área.

## 1.1. BACKGROUND

### 1.2. Educação colonial em Angola: Breve análise histórica

De acordo com **Viera (2007)**, ao abordarmos a problemática da educação em Angola, quer partindo de uma perspectiva histórica quer analisando-a dum perspectiva sociológica, sentimo-nos quase “obrigados” a determo-nos no Período Colonial por ser um marco de referência no surgimento do ensino em Angola. Com isto, pretendemos afirmar que o ensino escolar, tal como é concebido cientificamente, surgiu em Angola, assim como em muitos outros países do continente africano, durante a presença colonial europeia, uma vez que a educação desenvolvida pelos africanos, particularmente em Angola, antes da presença colonial, em várias regiões de África, baseava-se num quadro não formal, como nos explica **Walter Rodney**:

«A maior parte da educação é informal, sendo adquirida pelo país através do exemplo e do comportamento dos membros mais velhos da sociedade. Em circunstâncias normais ela emerge naturalmente, eleva-se do ambiente, o processo de aprendizagem relaciona-se diretamente com o sistema produtivo social. Entre os Bemba do que hoje é a Rodésia do Norte, as crianças de 6 anos podiam chamar pelos seus nomes e sem nenhuma hesitação sessenta espécies de árvores, mas não sabiam quase nada acerca de flores ornamentais» **(RODNEY,1975)**

No quadro desta observação, facilmente se constata que a educação não formal foi utilizada muitos anos na África pré-colonial como um sistema de ensino ligado ao modo de vida das populações para a sua sobrevivência.

Em termos históricos, a abordagem da questão da educação colonial em Angola é também uma forma de compreender a visão do colonialismo sobre o colonizado, as lógicas de dominação estabelecidas pelo colonialismo e os mecanismos de resistência utilizados pelos Angolanos na defesa da sua identidade cultural, valores, usos, tradições e costumes. É de referir, que

durante vários séculos, para muitos arautos e defensores do colonialismo em África, a missão colonizadora neste continente foi vista como uma dádiva para o africano, de forma de o “libertar” da “ignorância” da “selvajaria”, “civilizando-o” e atribuindo-lhe uma identidade e uma história. Para os defensores do colonialismo os africanos eram povos sem História, homens e mulheres sem rumo, perdidos na imensidão geográfica do continente e sem possibilidades de ascenderem a um desenvolvimento pleno, quer social e político, quer económico.

Na visão de A. **Valdez dos Santos**, a colonização tinha sido um instrumento benfeitor para os africanos ao defender que «o *regime colonial assegurou-se aos povos africanos uma vida economicamente melhor e socialmente mais digna de ser vivida. Acabou com os conflitos tribais, pôs termos às fomes, combateu as doenças tradicionais dos povos de cor, impôs princípios de justiça nas relações sociais e abriu porta à educação de massa*» (p.43)

E na visão de Walter **Rodney** (1975), o contacto entre os europeus e africanos teve os seus aspetos positivos em algumas áreas e não na sua plenitude, devido as suas práticas. Posição semelhante também foi partilhada por **Kebá Mbaye**, antigo presidente do Supremo Tribunal do Senegal. Analisando as práticas colonialistas ao condenar o africano a uma subalternidade permanente em quase todas as esferas da vida social, referia:

«A igualdade era inexistente, pois que se fazia a distinção entre “indígenas” ou “nativos”, por um lado, e “cidadãos” por outro.

(...) Quanto ao direito de participar na gestão dos assuntos públicos ou de aspirar a um salário igual por um trabalho igual, nem sequer se pensava em estender esta regulamentação aos colonizadores, que eram obrigados a vegetar durante toda a vida numa situação de subalternidade completa. (...) O direito à educação era de facto um privilégio concedido a uma minoria, visto que os poderes públicos se consideravam incapazes de dispensar um ensino geral a todas as crianças» (1969)

Em relação à presença portuguesa em Angola, referências históricas apontam que os portugueses chegaram à foz do rio Zaire no século XV, mais concretamente em 1482, chefiados por Diogo Cão e rapidamente estabeleceram contactos com as populações do então Reino do Congo, cuja capital era a histórica cidade de Mbanza Congo e que, segundo Henrique Abranches, «*teria 50 mil a 100 mil habitantes e deveria ter uma larga cintura de lavras cujos produtos circulariam num comércio urbano, destinado pelo menos à sobrevivência da população*» (1989). Infere-se desta afirmação a ideia da existência de uma estrutura organizacional a nível da capital do reino e um certo desenvolvimento social, económico e político em função das condições em que a população vivia.

Quanto à educação, apesar dos Portugueses terem encontrado povos sem escrita é de um reducionismo arcaico pensar que os povos que habitavam Angola não praticavam a educação. Também não corresponde a uma verdade histórica afirmar que a educação nesta parte do continente começou com o processo colonial, como afirma Martins dos Santos no seu livro *História da Educação em Angola*:

«pode pois dizer-se que, em Angola, a tarefa da educação e da assistência começou com a primeira viagem dos portugueses. Não fomos nós a impô-la, foram as populações autóctones a absorvê-la, a assimilá-la» (1970)

Embora tais ideias façam referência possivelmente à educação escolar e administrativa, não deixamos de salientar que as mesmas não esclarecem a verdade dos factos, porque os povos que habitavam o território que hoje se designa Angola, desenvolviam uma «educação natural», uma educação de sobrevivência, de acordo com o meio em que viviam, como já anteriormente fizemos referência. Este tipo de educação visava a transmissão de geração em geração, os contos, os valores culturais e as próprias experiências da vida através da tradição oral. Em suma, esta forma de educação, como em outras sociedades que tiveram um aparecimento tardio da escrita, também já se praticava em Angola e não foi produto da colonização europeia porque a transmissão de valores de uma geração para outra é uma forma de existência dos povos, pois «uma das tarefas fundamentais de todas as sociedades

humanas organizadas é a transmissão, de geração em geração, de um modo coletivo de viver e de compreender o mundo, é a reprodução de um conjunto de normas sociais através dos quais, os homens dão forma à sua existência» (NÓVOA,1987).

### 1.3. Da educação “intermitente” ao ensino oficial

De acordo com **Vieira (2007)**, referências históricas apontam que, durante vários séculos da colonização portuguesa em Angola, o ensino esteve sob a responsabilidade das missões religiosas, sendo o ensino laico muito reduzido e praticado por algumas instituições não oficiais.

Acredita-se que o ensino praticado nessa altura pelas missões religiosas, para além dos aspetos pontuais ligados ao saber contar e escrever, assentava mais nas noções básicas da religião ocidental, nas ruas “virtudes” e nos fundamentos elementares da religião cristã, contrapondo-se aos valores da religiosidade praticada pelos nativos angolanos que, aos olhos de alguns defensores da superioridade da cultura ocidental, era como não credível e pagã. E segundo o Missionário **Henderson (1990)**, afirma que quando os missionários chegaram a Angola por volta de 1870, não se aperceberam que iriam implantar a igreja num solo religiosamente muito rico. Eles classificavam a religião tradicional africana como superstição, visto não conter os princípios elementares da religião ocidental. Contudo, à medida que os missionários iam aprendendo as línguas do povo no seio do qual trabalhavam, foram levados a contactar diretamente com o universo da religião africana.

Alguns dados apontam que o ensino missionário não era praticado apenas pelas missões católicas, pois com o passar do tempo instalaram-se também no território algumas Missões Protestantes que contribuíram para o ensino das primeiras letras às populações autóctones.

Uma bibliografia considerável sobre a educação colonial em Angola refere o papel desempenhado pelo ensino missionário durante vários séculos, quer na missionação quer no ensino das populações autóctones.

Sobre o papel da educação missionária em Angola, Ávila de Azevedo enfatizava que «o *dualismo da ação religiosa e da instrução encontra-se tão intimamente ligado que é mesmo difícil distinguir entre uma e outra. Nos primeiros contactos com os povos indígenas, os êxitos da missionação são igualmente êxitos educativos*» (1958).

Partindo do princípio de que, nos primeiros anos do século XIX, a educação laica era ainda muito limitada em Angola e não estava por isso ao alcance de todos, só uma minoria de europeus abastados e da burguesia africana radicada principalmente em Luanda podia frequentar algumas instituições de carácter privado que existiam no território, principalmente nos aglomerados de população colonial.

Como o desenvolvimento do campo educativo em Angola dependia da “potência” colonizadora, todo o desenvolvimento da colónia também estava dependente desta situação e só em 1822 «Angola começou a prender a atenção dos homens do Governo, sobretudo a partir da data da independência do Brasil. Esta vasta província africana naquela altura, deveria, no entender de muitos substituir a grande colónia sul-americana, ocupando no conjunto nacional o lugar que o Brasil deixava em aberto» (SANTOS, 1970).

Como se pode constatar, enquanto colónia, Angola foi esquecida durante vários séculos, servindo apenas como local de obtenção de mão-de-barata para os cafezais do Brasil e para outras regiões da América do Norte onde eram vendidos os escravos provenientes de Angola e da costa atlântica africana.

Relativamente ao surgimento do ensino em Angola, Martins dos Santos refere que «o *ensino oficial surge em Angola nos meados do século XIX, considerando-se como o ponto de partida o decreto assinado por Joaquim Falcão em 1845*» (1970). Este decreto também é referido por Ávila de Azevedo como o pronúncio da abertura dos «primeiros alicerces da escola pública no ultramar e, muito especialmente, em África» (1953). Com esta legislação, o ensino oficial começou aos poucos a fazer parte da realidade angolana, mas se tivermos em conta a data de chegada dos portugueses à foz do rio Zaire (1842) e a preocupação destes com as questões do ensino (1845), passaram-se mais de 3 séculos para que se pensasse na implementação de um sistema de ensino público, o que não deixa de ser chocante para um colonialismo que apregoava ter civilizado as chamados “povos bárbaros”.

A este respeito quadro grotesco da situação:, Natércia Pacheco e Luísa Cortesão oferecem-nos um

«foram necessários séculos de colonização para que se pusesse a questão da educação dos autóctones das colónias. A primeira reforma de ensino destinada às colónias data de 1845. E, para tal, foi necessário o confronto com colónias de outros países, cujos povos, sendo mais "civilizados" apresentavam uma maior rentabilidade. O modelo de se "desonrar perante a Europa" é expresso em documentos da época» (1991).

Apesar da existência de um ensino oficial em Angola, a situação da maioria da população africana em nada se alterou, pois um grande número continuava sem escolarização, uma vez que «o decreto-lei 1845 procurou dar satisfação as exigências da população civilizada. (...) Procurou igualmente fixar a responsabilidade do Estado no campo educativo e organizou o ensino em dois graus, o elementar e o principal. Além destas escolas, já própria das populações evoluídas, não deixava de admitir a hipótese de haver escolas rudimentares, que só em teoria poderiam viver, pois as condições eram-lhes francamente desfavoráveis» (SANTOS,1970).

Tendo em conta que os africanos eram considerados "indígenas", segundo a terminologia colonial, o surgimento do ensino oficial em nada os beneficiou. Se tivermos em conta que a referida legislação surgiu num momento em que o africano ainda era escravo, uma vez que a legislação sobre a abolição do tráfico de escravo data de 1858,segundo o Decreto de 29 de Abril do mesmo ano, dificilmente o "indígena" podia beneficiar do direito de ser escolarizado. Em síntese, o decreto de José Falcão, mais do que abrir as portas às populações europeias que viviam em Angola e que já tinham o benefício de frequentar algumas instituições privadas, uma vez que podiam pagar os elevados custos da educação que se praticavam na altura.

Alguns africanos que usufruíam do direito à educação estavam enquadrados no âmbito dos propósitos do sistema educacional europeu, que consistia em «treinar africanos para servir como homens da administração a um plano extraordinariamente baixo e fornecer mão-de-obra para as firmas capitalistas privadas pertencentes a europeus. Isto significava na prática a seleção de

alguns africanos para participar no domínio e na exploração do continente no seu todo» (RODNEY,1975).

No que diz respeito à maioria dos africanos (aqueles que podiam), o caminho para o conhecimento rudimentar das primeiras letras continuava a ser transmitido pelas missões religiosas, já que o acesso a outras instituições de ensino estavam-lhes vedadas, dada a condição social e política em que se encontravam. O ensino “liceal” só teve início nos primórdios do século XX, mais concretamente a partir de fevereiro de 1919, quando foi «fundado o primeiro liceu de Luanda e da Província, o Salvador Correia» (SANTOS,1970).

Assim, desde a assinatura do decreto de José Falcão em 1845 até ao surgimento do 1º liceu passaram-se 74 anos para que surgisse em toda a Província de Angola o ensino secundário oficial, o que, por si só, demonstra o atraso no desenvolvimento do campo educativo em Angola e as dificuldades de muitos em prosseguirem os seus estudos secundários, uma vez que Angola não dispunha de uma instituição vocacionada para o efeito.

Contudo é de salientar que, embora o surgimento do ensino secundário fosse já uma realidade em Angola, ou melhor em Luanda, a situação de escolarização da maioria da população africana e outra desfavorecida não mudou significativamente, tendo em atenção que o Liceu Salvador Correia era frequentado maioritariamente por filhos de grandes proprietários europeus que viviam em Angola, fazendeiros portugueses, elementos de ascendência portuguesa e alguns africanos que a muito custo podiam suportar os encargos da educação.

Para outros africanos restava-lhes as escolas profissionais onde faziam um curso de artes e ofícios. O ensino profissional «destinava-se fundamentalmente aos africanos, então designados internacionalmente por indígenas. Ministrava-se em escolas rurais junto de aldeamentos [*de negros*]» (RODRIGUES, 1989). Deste modo, o ensino em Angola visava claramente acompanhar a política social portuguesa que consistia em discriminar e excluir os africanos da rede escolar existente. A este propósito, Elisete Silva (1994) defendia que:

*«a reforma do ensino primário, lançada pela metrópole portuguesa em 1927 veio sancionar em Angola uma situação que se esboçara em anos precedentes, estabelecendo uma dicotomia “funcional” do sistema de ensino: por um lado, havia o ensino destinado exclusivamente aos europeus e “civilizados”, e por outro lado, o ensino para “indígenas”, residentes na sociedade central e nas sociedades periféricas» (SILVA, 1994).*

A ideia de uma separação do ensino «tinha como objetivo declarado a unidade intelectual e moral da Nação Portuguesa». Encontramos assim que, nas tais escolas para indígenas, as matérias ministradas eram «rudimentos de higiene e língua portuguesa e estavam predominantemente a cargo das missões».

#### **1.4. Educação e politização da sociedade angolana: 1976-1980**

Segundo **Vieira (2007)**, com a proclamação da Independência de Angola pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) os objetivos imediatos do novo regime consistiram na “destruição” dos marcos do regime colonial e na construção de um novo país, social, política e economicamente diferente de forma a servir os milhares de angolanos.

Tendo em conta que a situação herdada do colonialismo, principalmente no campo da educação não era das mais favoráveis, e conscientes do alto índice de analfabetismo existente na sociedade angolana, uma das primeiras medidas a ser implementadas a nível nacional foi o combate ao analfabetismo. Indicadores do Ministério da Educação publicados na Revista Novembro apontava que «cerca de 85% da população do país (Angola) era analfabeta e mesmo entre alfabetizados muito poucos possuíam qualquer qualificação e só uma maioria não significativa possuía formação profissional»<sup>1</sup>

Considerando a alfabetização uma tarefa prioritária, as autoridades angolanas criaram a Comissão Nacional de Alfabetização, em 1976, sob a tutela do Ministério da Educação, mas dependendo funcionalmente das

---

<sup>1</sup> In Revista Novembro, 1982

estruturas do MPLA, que levou a cabo uma Campanha Nacional de Alfabetização de forma a diminuir bom número de analfabetos. Esta Campanha teve uma grande aderência por parte da população quer no campo quer nas fábricas, nos quartéis e, em muitos casos, as aulas decorriam debaixo das árvores. Esta campanha, também designada Batalha de Alfabetização, visava colmatar algumas carências a nível de mão-de-obra qualificada e iniciar uma forma de educação popular, baseada na experiência dos grandes movimentos de educação popular que já tinham sido utilizados em vários países da América Latina, ao mesmo tempo que tentava fazer frente à situação económica do momento. Embora Angola tivesse sido o país mais rico do império colonial português, economicamente continuava subdesenvolvido. Assim, o carácter da Batalha de Alfabetização desenvolvida neste período tentava contribuir, tanto para a consciência política dos angolanos, com base em ideais políticos, quanto para o desenvolvimento económico do país, através da criação de uma mão- de- obra alfabetizada, ou segundo a perspectiva de Stoer uma «mão- de- obra educada como necessidade nacional» (STOER, 1983)<sup>2</sup>

Sobre a importância atribuída à alfabetização, Ambrósio Lukoki, então Ministro da Educação de Angola, afirmava:

«A alfabetização como tarefa prioritária da Educação, é um ato político, económico, social e cultural. É uma parte integrante das conquistas do nosso povo, das conquistas do MPLA, é um ato que dignifica o Homem Angolano, um ato de responsabilidade e de desenvolvimento do nosso país, que é um fator importante.

Nesse sentido, sendo ato político, económico, social e cultural, a alfabetização embora com dificuldades, encontrou no nosso Povo entusiasmo e aquele espírito de sermos angolanos, de sermos militantes, de sermos homens responsáveis, de sermos povo à procura da ciência, do conhecimento científico» (*Jornal de Angola de 15 de Abril de 1977*)

De salientar que, aos olhos das autoridades angolanas, a alfabetização era uma aposta de todo povo, por isso, aqueles que sabiam ler e escrever eram recrutados para alfabetizadores que tinham a missão de ensinar os que

---

<sup>2</sup> «A crença de que o crescimento económico podia e devia ser promovido pelo investimento concentrado na qualidade do esforço humano era um princípio estabelecido da política social, mesmo antes dos anos sessenta.» (STOER, 1983) Texto policopiado

não sabiam. Anos mais tarde, num balanço sobre esta atividade, o Ministério da Educação referia que, «ao fim dos primeiros dez anos de Batalha de Alfabetização foram alfabetizados 1.048.000 cidadãos numa média calculada de 100.000 por ano» (MED, 1997)<sup>3</sup>. Mas neste período, embora tivesse sido áureo, rapidamente foi acompanhado de constantes debilidades, uma vez que as dificuldades de ordem económica e o agudizar da guerra em quase todo o país contribuíram para o decréscimo desta campanha em muitas regiões.

No plano das decisões políticas, dois anos após a Independência de Angola e num clima de grande euforia revolucionária, o MPLA realizou o seu 1º Congresso entre 04 a 10 de Dezembro de 1977, constituindo-se em Partido do Trabalho e lançado as bases para a implementação de uma sociedade assente na ideologia marxista-leninista.

Segundo Peter Meyens «em 1976 depois de ter conseguido impor-se aos outros movimentos anti-coloniais, o Governo do MPLA iniciou a clarificação das tarefas da reconstrução nacional» (1984). Sobre a mesma questão o autor acrescenta:

«Em Outubro de 1976, o Comité Central do MPLA estabeleceu o socialismo como meta do desenvolvimento social de Angola e o marxismo-leninismo como a linha ideológica. No 1º Congresso do MPLA, realizado em Dezembro de 1977, o movimento de libertação foi transformado num partido definido como marxista-leninista, o MPLA-Partido do Trabalho»

A partir do Congresso ficou oficializada a ideologia do MPLA e a sua nova designação. O MPLA passava a chamar-se “Partido do Trabalho”. Quanto à ideologia escolhida, é bem verdade que qualquer partido que instaurasse o poder em Angola tinha de partir de uma ideologia, de um quase “zero político” para organizar a economia, os serviços governamentais e as tarefas de reconstruir um país que renascia de uma guerra e o MPLA adotou o marxismo-leninismo

---

<sup>3</sup> In A Problemática da Educação e Ensino, MED,1997.

## 1.5. Problema de Investigação

A relação custo-benefício por parte dos encarregados de educação, em manter uma criança na escola é que faz com que se criem e implementem políticas de apoio à proteção social, por parte dos governos em particular o governo angolano.

Consequentemente, isto leva-nos a ter uma ideia de como determinar o custo por aluno em Angola particularmente na província de Benguela.

Esta situação remete-nos a seguinte pergunta de investigação:

Como determinar o custo por aluno na província de Benguela?

## 1.6. Justificação da pesquisa

A justificação da pesquisa reflete-se na relação custo - benefício em como os encarregados de educação mantêm uma criança na escola tendo em conta as políticas de apoio à proteção social.

## 1.7. Definições

**De acordo Nelson Mandela (2012), a educação é a mais poderosa arma pela qual se pode mudar o mundo.** E na óptica de **Pintassilgo (2012)** “O homem vale, sobretudo, pela educação que possui”. Partindo deste pressuposto, ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. Ela desempenha um papel essencial no desenvolvimento contínuo, tanto das pessoas como das sociedades. A educação em sentido lato, infere nos resultados do desenvolvimento da humanidade. Esta ultrapassa em muito, a simples formação, já que, na sua essência, aciona e esporeia o que de melhor existe no ser humano, fazendo-o progredir em todas plenitudes que o constitui. Ela é a libertação do ser humano, impedindo que este viva aprisionado de uma das mais drásticas doenças da humanidade - os preconceitos – deformadores do próximo, da

sociedade e do mundo. A educação é como a pomba da paz que voa anunciando a boa nova.

Ainda conforme o programa “ **Educação um Tesouro a descobrir** (1996) ”, a educação funciona como uma via que conduz a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras...

“Os governos procuram usar a educação com fins específicos: como meio de melhoramento da produtividade económica, como treino de mão-de obra, como um mecanismo de escolha e seleção para as oportunidades existentes. (...) como proteção e valorização de ideias(...) relativas à nação e à identidade nacional.” (Ozga, Jenny, 2000:33)

De acordo **Martins** (2010), a educação tem sido uma preocupação dos pedagogos, das sociedades e dos sistemas educativos através dos tempos.

“A pedagogia [educação] pressupõe sempre uma antropologia ou teoria do homem, e, conforme a visão que cada época tem do problema, assim se propõem métodos que apenas são válidos no período orientado pela predominância valorativa do tipo de homem que a resposta enuncia. Mas a interrogação continuará sempre válida, porque é permanente, e as respostas são apenas encontradas por cada época sempre provisórias.” (Delfim Santos, 1946: 91)

De origem latina, educar vem da palavra latina educare, que significa alimentar, próxima da palavra educere, que significa conduzir, tirar. De forma mais alargada o sentido etimológico de educar, associado ao cuidar, vai além da forma restrita como por vezes é utilizado, apenas associado às aprendizagens escolares.

Deste modo, a educação básica integrada, na perspectiva do **Programa Estratégia Integrada Para a Melhoria do Sistema de Educação Angolano** (2001-2015), consiste na educação da população orientada para satisfazer as suas necessidades básicas de aprendizagem, isto é, que garanta que todas as

peças possam contribuir, como cidadãos, trabalhadores responsáveis e competentes no desenvolvimento sócio - económico e cultural da sociedade em que estão inseridos melhorando a qualidade da sua vida, da família, da comunidade e do país, com respeito e dignidade. Não obstante, a importância da história do pensamento económico à educação é considerada como um fator de desenvolvimento (**Cabugueira**, 2001).

Existe, portanto, um reconhecimento cada vez maior de que uma população mais educada pode geralmente ser mais inovadora e mais capaz de se adaptar as mudanças tecnológicas (Guichard e Larre, 2006). Esta opinião já era defendida por Rubi (1993) que afirmava que a educação deve ser considerada como um dos fatores que determinam se os indivíduos conseguem ou não tornar as suas vidas melhores.

E relativamente a interligação entre a educação e o processo de inovação, dado ser já de alguma evidência empírica o facto do capital humano ter grande impacto a nível da capacidade de inovação e difusão tecnológica, as quais, por sua vez, influenciam as taxas de crescimento. Assim, a educação, sendo a componente principal do capital humano, aparece, assim, estreitamente ligada ao processo de inovação.

Todavia, a atualidade da Teoria do Capital Humano, no referente à estreita relação entre a educação e o desenvolvimento, não assumindo, contudo, tal relação um carácter linear e automático, mas, pelo contrário, complexo e condicionada, entre outros, a alguns pressupostos como, por exemplo, a democratização da educação, o seu carácter endógeno, a abertura ao meio e a sua diversificação com a criação de novas competências.

O desenvolvimento segundo **Cabugueira** (2001) é um processo que abarca aspetos de natureza qualitativa relativos ao bem-estar e nível de vida das pessoas que não cabem dentro do conceito de crescimento, o qual contempla meramente os aspetos económicos, de carácter quantitativo. Ainda na perspectiva do autor, todo o desenvolvimento é desenvolvimento regional, tendo em conta o conceito de desenvolvimento subjacente a variável espaço, ou seja, o facto de dever chegar a todas as regiões, aos locais onde as pessoas se encontram e não estas terem de se deslocar à sua procura.

Como refere **Cardona** (2010), a relação entre a educação e o desenvolvimento social, é um processo complexo, em que interferem inúmeras variáveis, que passam pelos vários níveis de decisão e o papel dos diferentes atores que a vários níveis participam neste processo, nomeadamente as suas conceções de educação e desenvolvimento. Consequentemente, a qualidade educativa concebida como um processo que se vai construindo é uma base fundamental de apoio ao desenvolvimento. O desenvolvimento educacional depende da forma como são definidas as políticas educativas, dos fundamentos que as sustentam, dos vários níveis de decisão que interferem na sua concretização. Num sentido amplo a educação surge associada ao desenvolvimento social, tendo o Estado um papel determinante na sua promoção. Naturalmente, educação e desenvolvimento são dois conceitos que se articulam e completam. No entanto nem sempre é assim: existem práticas educativas que têm um escasso papel na promoção do desenvolvimento social, assim como pode ser possível promover o desenvolvimento social sem ser através da educação formal. Contudo, **Rela** (2005) afirma que, a importância prestada à escolarização universal e completa a nível primário, no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas na Cimeira do Milénio e no Fórum Mundial da Educação, que Angola subscreveu é uma das primeiras prioridades. Deste Fórum, verificou-se que, o Programa de Ação de Dakar sublinhou que não somente a educação deve dar todos atributos que o laureado do Prémio Nobel **Amartya San** designou por capacidades humanas – ou seja a capacidade de refletir, de exercer ações e de lutar por uma vida melhor – mais igualmente que a educação constitui uma condição essencial ao desenvolvimento duradouro, bem como à paz e estabilidade o interior do país e entre os países. E conforme **Amartya**, a educação tem efeitos poderosos de sinergia sobre os outros objetivos do desenvolvimento - entre outros, a automatização, a proteção do ambiente, a melhoria do estado sanitário e uma boa governação - e ela constitui um dos meios mais eficazes de prevenção do VIH/SIDA. É assim que, atingir a educação para todos constitui uma primeira etapa necessária para atingir estes ambiciosos objetivos<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> UNESCO-EDUCAÇÃO PARA TODOS-FORUM MUNDIAL DA EDUCAÇÃO, Joanesburgo, Dezembro de 1999

A visão da educação como fator de desenvolvimento surge sobretudo nas últimas décadas relacionando-se como a evolução da forma de conceber o conceito de desenvolvimento, numa perspectiva mais humanista em que é valorizada a participação ativa de todas e todos os atores que intervêm no processo. Nesta perspectiva cada vez mais se defende que não há desenvolvimento sem a defesa dos direitos humanos, numa perspectiva de justiça social.

---

## 2. REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

---

### 2.1. O novo Sistema de Educação e Ensino (Depois da independência)

No campo da educação e ensino, algumas referências apontam que o Governo da República Popular de Angola compreendendo a importância desse sector como fator essencial para o desenvolvimento do país e um mecanismo para a elevação do nível de vida das populações, preocupou-se em criar um novo sistema de educação e ensino que não englobasse nos seus objetivos e princípios os signos da política educativa colonial. É neste quadro que foi promulgada a Lei nº. 4/75 de 09 de Dezembro de 1975, um mês à seguir a Independência, «que consagrava a nacionalização do ensino» (HENDERSON,1990). Na referida lei, o Governo de Angola «manifestou claramente a intenção de exercer a sua autoridade, controlando todos os níveis de ensino», por formar a criar um sistema educativo assente nos interesses do Estado angolano.

E em termos políticos, a nacionalização do ensino tinha como objetivos imediatos fazer do sistema de educação um instrumento do Estado e substituir todo o aparelho colonial de educação e ensino, promovendo no seio da sociedade angolana uma educação virada para o povo e uma forma do Estado angolano iniciara implementação da «Escola para Todos», uma vez que as autoridades coloniais não a tinham implementado devido a sua política de exclusão.

E sobre o papel político da educação na sociedade angolana, as Teses e Resoluções do MPLA ao 1º Congresso assinalavam que «o sistema de educação e instrução é, em qualquer sociedade, determinado pelos interesses de classe dominante, como reflexo e reproduzidor das relações de produção existentes» (1978). Partindo desta perspectiva, o MPLA situava-se no centro das decisões políticas a nível da educação e justificava esta sua atitude através dos interesses que pretendia defender, pois é bom lembrar que a educação não é apenas um instrumento de emancipação do sujeito, é também uma

agência de reprodução e de legitimação dos valores da classe dominante. Nesta perspectiva, Althusser (1971, cit. Por GIROUX, 1983) considera a escola como um aparelho ideológico do Estado capitalista cuja função é reproduzir as relações de subordinação e dominação ideológica. Assim sendo, a educação desempenhou em Angola as funções de legitimação e de Promoção do Partido dominante através da cultura e dos objetivos que veiculava.

Ainda relativamente à questão da nacionalização do ensino e das instituições educativas, esta política tinha também como objetivos monopolizar todo o ensino vigente na República Popular de Angola e estabelecer novos princípios, alguns dos quais defendidos na 3ª Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, realizada em Luanda de 23 à 29 de Outubro de 1976 e cujas resoluções acerca da educação e cultura definiam que «a escola deve ser a base revolucionária forte onde se forje o Homem Novo» (1976) e considerava que «estudar deve ser um dever revolucionário». Ainda com base no 1º Congresso, o MPLA elaborou a sua política educativa, cujo sistema de educação e ensino correspondeu às linhas orientadoras do seu projeto de mudança social. Nesta ordem de ideias, o Ministério da Educação definia:

«Esta política é marcada pelos princípios de igualdade de oportunidades no acesso à escola e a continuação de estudos; da gratuidade, no seu sentido mais amplo – nem o estudante nem o agregado familiar pagavam quaisquer despesas com a educação e no ensino obrigatório nem o material didático era pago --- e a laicidade do Ensino, princípios esses, consubstanciados no sistema de Educação e Ensino da República Popular de Angola, aprovado em 1977, e implementado a partir de 1978» (1997).

Em termos teóricos, este conjunto de princípios consubstanciados no novo sistema de educação e ensino visava contribuir para uma educação diferente daquela que existira na época colonial, não só em termos de qualidade como em relação às condições de acesso e de aquisição de meios e material escolar. Com base nestes princípios, a escola passou a ser um espaço social aberto a todas as comunidades e deixou de ser um monopólio de alguns e, por isso, designada no discurso político como «Uma escola do Povo». Paralelamente à isto, esta escola começou assumir-se como um novo contexto

de socialização e de aquisição de novos saberes para todos sem distinção de carácter étnico, cultural e, religioso ou de sexo. Em função desta “nova escola” e perante o discurso da igualdade social que se utilizava com frequência, as diferenças étnicas “raciais” e culturais entre crianças de diferentes estratos sociais foram uniformizadas e as desigualdades sociais incluídas no “discurso da igualdade”, pois, o discurso político assentava no slogan “Um só Povo uma só Nação”, premissas fundamentais para a construção do “Homem Novo”, enquanto projeto revolucionário, consistia também na recuperação das tradições culturais do angolano, das suas crenças e valores que se tinham perdidos. Neste sentido, cabia ao Ministério da Educação a tarefa fundamental de criar o tal “homem novo” seguindo as orientações do Partido, e orientações estas que tinham como objetivo fundamental: «de criar e reproduzir o Homem Novo Angolano, imbuído de uma consciência moral revolucionária capaz de compreender e conhecer cientificamente o mundo e a sociedade angolana» (MED,1896).

Tendo em conta a realidade política que se vivia em Angola, os objetivos veiculados fundamentavam-se num quadro revolucionário, onde os valores da ideologia marxista-leninista aliados à experiência angolana legitimavam os fatores sociais, a partir de um quadro ideológico. Face a isto, a necessidade de se construir uma nova sociedade afigurava-se como uma tarefa primordial tendo em conta que, em determinadas circunstâncias, «para um revolucionário é mais importante a sociedade que tem de ser destruída que aquela que tem de ser criada» (PRETLÓT 1974).

Em 1977, dois anos depois da independência, Angola adota um novo Sistema de Educação e Ensino caracterizado essencialmente por uma maior oportunidade de acesso à educação e à continuidade de estudos, pela gratuidade do ensino e do aperfeiçoamento permanente do pessoal docente. Em consonância com o sistema político, económico e social instaurado em 1975 foi definida a política educativa em 1977 por forma a corresponder às necessidades do País, à consolidação da Independência Nacional. Esta política foi marcada essencialmente pelos princípios de igualdade de oportunidades no acesso à escola e à continuação de estudos, da gratuidade, no seu sentido mais amplo – inicialmente nem o estudante nem o seu agregado familiar

pagavam quaisquer despesas com a educação e no ensino obrigatório nem o material didático era pago – e a laicidade do ensino, princípios esses consubstanciados no Sistema de Educação da República de Angola, aprovado em 1977 e implementado a partir de 1978.

E de acordo com as decisões políticas do partido no poder naquela época (MPLA), o novo sistema de educação e ensino definido em 1977 organizava-se da seguinte forma:<sup>5</sup>

- ✓ Um subsistema do Ensino de Base;
- ✓ Um subsistema do Ensino Técnico-Profissional;
- ✓ Um subsistema do Ensino Superior.

De acordo com tal organização, o sistema de ensino contava com a seguinte componente:

Um Ensino Geral de Base de oito classes, estruturando em 3 níveis, o primeiro dos quais de 4 classes (obrigatórios) e cada um dos outros com duas classes (4+2+2) e um Ensino Especial;

Um Ensino pré-universitário estruturado em semestres e com a duração de 2 anos e que vigorava/ vigora como um sistema transitório para o Ensino Universitário, depois de cumpridos os oito anos do Ensino de Base Geral. Passou a possuir 6 semestres;

Um Ensino Médio com duração de 4 anos e com dois ramos: o Técnico, para a formação de técnicos médios para a indústria produtiva e o Normal para a formação de professores para o ensino de base.

Por último, um Ensino Superior estruturado em Faculdades e Institutos Superiores, com a duração de 4/5 anos. Para além desta estrutura vertical, horizontalmente, o Sistema de educação e ensino organizava-se em subsistemas: o do Ensino de Base, com duas estruturas de formação (Regular e Adultos); o do Ensino Técnico-Profissional, que compreendia o Ensino Médio

---

<sup>5</sup> In Balanço Sintético da Educação e Ensino 1976-1991, Luanda, 1992

Técnico e a Formação Profissional, e o subsistema do Ensino Superior (MED,1992)<sup>6</sup>

E segundo referências do Ministério da educação, «em termos quantitativos o sistema educativo da época colonial absorvia, em 1973, 608.607 alunos em todos os níveis e subsistemas de ensino e possuía 17.978 docentes» (MED, 1992)<sup>7</sup>. Comparado com o período de 1976/77, segundo referências do Ministério da Educação, os alunos inscritos eram 1.032.854 em todos os níveis do Ensino Básico, o que demonstrou uma grande evolução quantitativa. Contudo, o novo quadro social existente naquela época não satisfazia as necessidades do sistema, isto é, o número de professores existentes não era suficiente para atender ao número de alunos que frequentou a escola no período a seguir à Independência.

Para se ter uma ideia sobre a explosão escolar verificada nos primeiros cinco anos de Independência, veja-se o seguinte quadro:

Ano	Iniciação	I Nível	II Nível	III Nível	Total
1976/77	361.446	592.450	70.933	8.025	1.032.854
1977/78	416.937	958.676	94.317	19.010	1.488.940
1978/79	746.328	1.420.739	113.884	24.663	2.305.614
1979/80	664.500	1.714.817	176.687	40.272	2.596.276
1980/81	404.255	1.332.297	150.204	36.433	1.923.189

*Fonte: Ministério da Educação*

Tal como o quadro nos sugere, com a explosão escolar dos primeiros anos da Independência verificamos que a população escolar da iniciação e do Ensino de Base Regular cresceu significativamente em relação aos últimos anos da colonização. Este número cresceu até 1980/81, com um total de 1.923.189 crianças que frequentavam a escola.

## **2.2. O desenvolvimento do sistema educativo nos anos oitenta**

O sistema de educação e ensino, em 1980, segundo referências do Ministério da Educação, o decreto-lei 40/80 de 14 de Maio estabeleceu uma nova estrutura do sistema de educação e ensino. A partir dessa estrutura o

<sup>6</sup> Fonte: Ministério da Educação (MED)

<sup>7</sup> In Problemática da Educação em Angola,1997

Ensino de Base Regular passou a ter um total de 9 anos (ao contrário da estrutura anterior que contava com oito anos), com os seguintes níveis: «iniciação (1 ano); I Nível (4 anos); II Nível (2 anos); III Nível (2 anos)» (MED,1986). Com esta estrutura o Ministério da Educação pretendia oferecer maiores possibilidades de escolarização, alargando o sistema de educação e ensino com mais um subsistema.

E relativamente às dificuldades do sistema de educação e ensino, um estudo realizado pelo Ministério, intitulado «Balanço Sintético da Educação e Ensino 1976-1991», apontava para um quadro pouco satisfatório sobre a evolução da educação, salientando um certo decréscimo da população estudantil a partir de 1980.

E para termos uma ideia sobre a evolução numérica deste acréscimo e decréscimo, veja-se o seguinte quadro:

Ano	Iniciação	I Nível	II Nível	III Nível	Total
1981/82	342.316	1258.861	111.191	18.025	1.720.393
1982/83	292.429	1.171.430	105.673	15.640	1.585.172
1983/84	254.136	1.065.025	132.284	27.971	1.479.416
1984/85	208.459	870.410	112.054	29.287	1.220.210
1985/86	227.654	970.698	130.749	34.745	1.363.246

*Fonte: Ministério da Educação, 1997*

A cerca do decréscimo que se regista a partir de 1980, como se pode verificar no quadro, o Ministério da Educação apontava como causas principais o «recrudescimento da guerra que, no sector da Educação e Ensino se refletiu de várias formas, entre elas a destruição de escolas e conseqüentemente a dispersão da população escolar» (MED, 1997). É de referir, tal como o MED o demonstra, que a continuidade da guerra e a destruição das infra-estruturas escolares, a fuga das populações das zonas de guerra para as zonas urbanas, contribuíram para a degradação do sistema de educação e ensino, e as infra-estruturas já por si degradadas pelo tempo passaram a comportar um número elevado de alunos.

É neste quadro de guerra, de destruição e de crise social e económica que se desenvolveu o sistema de educação e ensino em quase toda a década

de oitenta e noventa e a agudeza da própria guerra não só impossibilitou a extensão da administração do Estado, como também a extensão do próprio sistema educativo a todo território nacional, concretamente nas zonas controladas pela UNITA durante mais de uma década.

### **2.3. Análise do nível de literacia em vários países e associação com o nível de vida e a economia dos respetivos países.**

Segundo Ávila (2007), as sociedades atuais colocam novas exigências aos indivíduos no que concerne às qualificações, às competências e aos processos de aprendizagem. É assim que na ótica de Oliveira (2011), a investigação tem revelado que as aptidões cognitivas se podem constituir como um bom indicador e preditor do rendimento escolar e dos níveis de literacia científica evidenciados pelos alunos. Para além das variáveis cognitivas, terão ainda primordial importância nos níveis de literacia científica as atitudes dos alunos face às disciplinas escolares que mais potenciam o desenvolvimento destas aptidões científicas.

Todavia, Martins (2012) afirma que, as escolas estão a ser chamadas a transformar-se em centros locais de aprendizagem (EU, 2000), centrados no desenvolvimento do conhecimento, aptidões e competências na autonomia e responsabilidade de cada indivíduo. A esta aprendizagem é, por sua vez, exigido centrar-se no desenvolvimento da capacidade de identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar, problematizar e resolver situações da vida real em contextos diferenciados, ao que se chama literacia (Unesco, 2003; OCDE, 2011).

Portanto, a literacia, como o modelo inovador, tal como é definido pela OECD/OCDE (2011), exige o desenvolvimento de competências a partir da experiência de cada aluno para que este tenha a capacidade de as aplicar aos contextos reais para a resolução de problemas emergentes do quotidiano.

Tipicamente, o nível de literacia, está estreitamente relacionado com os níveis dos países mais elevados em termos de escolaridade. Considera-se este elemento, como um indicador. É assim que, quanto maior for o nível elevado de escolaridade de um determinado país, maior é ou será o nível de literacia, como exemplo os Estados Unidos de América e Suíça.

E de acordo Fernando (2012), os estudos internacionais de avaliação das aprendizagens dos alunos têm vindo a ganhar uma importância e uma notoriedade crescentes a partir dos anos 80 do passado século. Em particular, houve um claro incremento destes estudos com o Third International Mathematics and Science Study (TIMSS) da International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA), em meados dos anos 90, e o Programme for International Student Assessment (PISA) da Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD), na primeira década deste século. Ainda segundo o autor, as sociedades de hoje são bem mais interdependentes dos pontos de vista económico, social, político e tecnológico, são mais abertas e as pessoas têm uma capacidade muito maior de mobilidade. As sociedades são mais multiculturais, mais competitivas e mais exigentes a todos os níveis. Os sistemas educativos confrontam-se com populações de estudantes que nada têm a ver com as populações, essencialmente homogêneas, de há 30 ou 40 anos atrás. O incremento de estudos de avaliação terá um pouco a ver com tudo isto, pois os países precisam que os seus sistemas educativos respondam melhor às necessidades de formação, às legítimas aspirações e às motivações dos jovens, assim como aos desafios da competitividade, da mobilidade e de uma variedade de interdependências nomeadamente, económica, tecnológica, cultural e científica. Os decisores políticos começaram a interessar-se pela avaliação em geral, pressionados pelas exigências do mundo da economia, pelos meios de comunicação social e pelos próprios cidadãos, através das suas organizações cívicas e culturais, que, cada vez mais, querem saber se os serviços públicos de educação, prestam o serviço que são supostos prestar. Ou seja, a grande maioria dos países a nível mundial tem vindo a investir muito significativamente no desenvolvimento de uma diversidade de processos de avaliação externa tais como: exames nacionais; avaliações do tipo das provas aferidas; avaliações internacionais. Os governos, pressionados por uma variedade de intervenientes sociais (por exemplo: associações empresariais; organizações científicas; associações profissionais; associações de pais), procuram assim garantir, através destas medidas de política, que se saiba o que os alunos aprendem nas escolas.

Estas questões, estão subjacentes aos investimentos públicos em educação.

E de acordo com Lopes (2012), a educação tem vindo a tornar-se, particularmente nesta primeira década do século XXI, tema central de debate público nas sociedades, particularmente nas sociedades europeias contemporâneas. Após a aposta na expansão (alargamento e prolongamento) da escolarização das populações, eis a aposta na certificação de competências e na qualificação, numa clara estratégia de educação para a mudança e para o progresso, mas também para a incerteza e para o risco. Ainda segundo o autor, os pressupostos mais educação corresponde a mais desenvolvimento e mais investimento na educação corresponde a mais crescimento económico (Magalhães, 1995: 112) – por exemplo, níveis de escolarização mais altos vão de par com padrões mais elevados de desenvolvimento (Machado, Costa, 1998: 24) – traduzem-se hoje num crescimento exponencial do papel da qualificação. A educação é vista como “o melhor e principal instrumento para ajudar as pessoas a prepararem-se para uma vida plena, uma cidadania participativa, uma posição económica digna e suficiente, uma convivência não conflituosa, uma apreciação adequada da cultura e das relações sociais em constante processo de mudança” (Enguita, 2007: 21).

#### **2.4. INVESTIMENTO EM ENSINO**

Relativamente ao investimento em ensino, é importante salientar que as instituições de ensino, são importantes para o desenvolvimento de um país, em particular de uma região, conforme afirma Fernandes (2009). Consequentemente, o impacto que as instituições possuem num país, particularmente numa região, determina o investimento e o desenvolvimento económico.

Ainda de acordo com a autora, o investimento em ensino, particularmente no ensino secundário, se revê no retorno para o Estado, na forma de maior arrecadação de impostos, ao decorrer do exercício da atividade de um técnico médio pelo seu investimento na Escola do Ensino Secundário

(EES) público, assim como, quanto recebe cada indivíduo como retorno de seu investimento num nível de ensino médio.

As instituições de ensino, na visão de Fernandes (2009) induzem um número elevado de empregos ao longo do tempo. E a título de exemplo, de acordo a autora acima referenciada, o Instituto Superior de Bragança, induziu cerca de 2400 empregos, baseando-se na abordagem pelo lado da procura, de acordo com o Modelo American Council on Education (Cafrey e Isaacs, 1971). Este dado revelou o impacto económico no ano de 2007 que correspondeu a 8,7% do PIB deste concelho.

Partindo deste pressuposto, basicamente o investimento em ensino é uma das variáveis que influencia no desenvolvimento económico de um país em particular de uma região. Quanto maior for o investimento em ensino, maior será o indicador para o impacto económico desta região.

E quando falamos em investimento em ensino, também é necessário ter em conta que a formação dos professores e a escola desempenham um papel preponderante para a evolução de um sistema educativo, consequentemente de um país. Não obstante a isto, o investimento na formação de professores e em infra – estruturas são uma das variáveis que catapultam o desenvolvimento do ensino num país.

E de acordo **Nóvoa** (1991), a mudança educacional depende dos professores e da sua formação. Depende também da transformação das práticas pedagógicas na sala de aula. Mas hoje em dia nenhuma inovação pode passar ao lado de uma mudança ao nível das organizações escolares e do seu funcionamento. Por isso, falar de formação de professores é falar de um investimento educativo dos projetos de escola.

Ainda segundo Nóvoa (1991), as escolas são instituições criadas pelo Estado para controlar um corpo profissional, que conquista uma importância acrescida no quadro dos projetos de escolarização de massas; mas são também um espaço de afirmação profissional, onde emerge um espírito de corpo solidário. As escolas legitimam um saber produzido no exterior da profissão docente, que veicula uma conceção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também um lugar de

reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e de saber - fazer.

Para a formação de professores ainda segundo o autor em epígrafe, o desafio consiste em conceber a escola como um ambiente educativo, onde trabalhar e formar não sejam atividades distintas. A formação deve ser encarada como um processo permanente, integrado no dia-a-dia dos professores e das escolas, e não como uma função que intervêm à margem dos projetos profissionais e organizacionais (McBrige, 1989). Isto pressupõe, que é necessário investir mais nas escolas (infra-estruturas) para que exista um ambiente sadio e conseqüentemente uma qualidade de ensino desejada.

Relativamente a formação do professor, tal como foi referenciado atrás, Nóvoa (1991), considera que desempenha um papel importante na configuração de uma profissionalidade docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas. Estar em formação, ainda segundo Nóvoa (1991), implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que também é uma identidade profissional.

A formação na ótica de **Nóvoa** (1991), implica a mudança dos professores e das escolas, o que não é possível sem um investimento positivo das experiências inovadoras que já estão no terreno. Caso contrário, desencadeiam-se fenómenos de resistência pessoal e institucional, e provoca-se passividade de muitos atores educativos.

Retira-se a ideia, que quanto maior for o investimento na formação de professores e nas infra-estruturas, maior será a qualidade de ensino.

Kulembe (2011), afirma que os níveis de despesa pública, são importantes para os resultados da educação. Contudo, os grandes resultados que advêm de um investimento na educação, justificam uma aplicação eficiente do mesmo investimento. E para se ter uma ideia, dos vários estudos realizados pelas Nações Unidas, três países (**E.U.A, Noruega e Seycheles**) servem como

exemplo tendo em conta a dimensão das suas economias e posição geográfica.

Os Estados Unidos de América em 1985, era o 2º país mais desenvolvido, mas em 1995 desceu para a 6ª posição, em 2004 continuou a descer para a 8ª posição e em 2005 ocupava a 10ª posição. De 1990, 1995 este país utilizou apenas 5,2% e 5,4%, respetivamente, do PIB na educação pública, e 5,6% em 2001.

A Noruega no mesmo período fez fortes investimentos na educação. Em 1985 este país ocupava a 7ª posição a nível mundial, mas em 1995 subiu para o 4º lugar e nos últimos cinco anos (2002/ 2003/ 2004/ 2005/ 2006) foi consecutivamente, o país mais desenvolvido do mundo. Em 1990,1995 e 2001, a Noruega disponibilizou, respetivamente, 7,1%, 7,4% e 6,8% do PIB na educação pública.

Verifica-se que os E.U.A tinham investido muito menos na educação nas últimas décadas, e obviamente as consequências não podiam ser piores, afetando o seu desenvolvimento. Por exemplo, os vários estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), demonstraram que os E.U.A sofreram uma queda, isto é, em 2004 os trinta países analisados por esta organização, os estudantes norte-americanos caíram para o vigésimo quinto lugar na prova de Matemática e nas Ciências os resultados não foram muito melhores. Devido “ precisamente às carências do seu sistema escolar, a indústria de alta tecnologia dos Estados Unidos sofre uma penúria crónica de engenheiros, matemáticos, físicos e biólogos e vê-se obrigada a importar talentos estrangeiros” (Rampini, 2006,pg.124).

Neste sentido, o número de trabalhadores de origem indiana a quem os EUA atribuíram o visto de trabalho, eram cerca de 400 000 e que contribuíram para o aumento do nível de especialização tecnológica da população ativa norte-americana. Nos anos noventa deram origem a variadas empresas de tecnologia de informação de sucesso (colmatando a falta de quadros americanos) e ajudaram com capital intelectual em muitas das inovações tecnológicas (desde a Intel, IBM, Bell Labs, entre outras) (Sheshabalaya, 2006)

Mas em contrapartida, a Noruega atualmente, colhe os frutos do forte investimento realizado na educação, durante os últimos trinta anos.

Logo, sempre que a despesa pública de um país coloca as suas prioridades em áreas que não são as de educação e da saúde, está a impedir o desenvolvimento.

Importa também, fazer referência a evolução de um país nos mesmos termos dos anteriores, que não seja de topo mundial. Por exemplo, Seychelles. As Nações Unidas, tinha registo deste Estado de forma rigorosa, apenas a partir de 1995. Os governantes de forma determinada, optaram como principal estratégia de desenvolvimento, a educação. Investiram naquela altura 7,9% do PIB e nos anos seguintes, mantiveram valores idênticos.

Como resultado, em 2005, Seychelles já não era considerado país de desenvolvimento humano médio, mas sim elevado, ocupando uma honrosa 51<sup>a</sup> posição e em 2006 continuou a melhorar, alcançando a 47<sup>a</sup> posição. Poderiam ser dados muitos outros exemplos, contudo, estes são bem elucidativos, como de facto o investimento na educação é sine qua non de desenvolvimento.

Contextualizando, na visão de Kalukembe (2009), o investimento na educação é considerada como um principal pilar da soberania de Angola. Ainda de acordo o autor, na era da globalização a educação tornou-se o pilar da independência, já que, o país que não aposta nesta não se desenvolve porque não produz conhecimento, por conseguinte, não terá capacidade de inovar. Um país sem um sistema de educação, sem capacidade de criar e inovar, não será capaz de ser competitivo, por esse facto, será «engolido pela globalização», ou seja, ficará refém, dos interesses de países terceiros e serão esses a decidir o seu destino. Um país assim, não é verdadeiramente livre e independente. Por outro lado, a educação é o caminho do desenvolvimento, já que, um sistema educativo de qualidade contribuirá de forma determinante para a aquisição de conhecimento. Hoje como ontem, o conhecimento é o recurso mais determinante, reconhecido pelas sociedades mais industrializadas, nomeadamente para a competitividade das instituições públicas, organizações privadas e dos países.

De acordo Castro (2007), a educação ao situar-se no âmbito das responsabilidades do Estado, considerada como núcleo central dos atuais sistemas de proteção social, absorve recursos que são arrecadados de forma impositiva ao cidadão pelo Estado. Castro (2007), refere que esses recursos, ao propiciar as principais condições materiais para viabilizar a formulação e implementação de políticas educacionais, podem ser um limite e um obstáculo ao atendimento das necessidades e demandas por educação.

Castro (2007), prossegue afirmando que, atualmente estão na agenda política a necessidade de ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da educação, principalmente a educação básica, essencialmente o ensino secundário. Ainda de acordo Castro (2007), os gastos públicos em educação estão relacionados com o Produto interno Bruto (PIB), indicando a prioridade macroeconómica do gasto em educação. Os gastos, podem ser compreendidos em função dos programas e ações públicas de educação (Castro 2007). Não obstante, objetivamente na visão de Castro (2007) a política educacional, que determina os gastos, é composta por um conjunto de programas e ações do Estado com o objetivo de atender às necessidades e aos direitos educacionais da população de um determinado país.

Face à isto, é necessário salientar que qualquer sistema educacional, apresenta inúmeras ações e programas que absorvem recursos, que podem representar significativa parcela do PIB e são financiados por uma série de tributos e outras fontes de recursos.

Tipicamente, cada sociedade possui o reconhecimento de determinadas necessidades educacionais e que o Estado deva assumir certa responsabilidade de resposta. Este facto, constitui em cada país, sistemas educacionais com maior ou menor abrangência, mas que são dinâmicos, estando na maior parte de tempo em construção ou em reforma. E relativamente a atuação do Estado na educação, normalmente aplica-se o conceito Gasto Público Educacional, que compreende recursos financeiros brutos empregados pelo sector público no atendimento das necessidades e direitos educacionais e que corresponde ao custo de bens e serviços inclusive bens de capital. (Castro, 2007)

É importante salientar, que o financiamento público do gasto educacional ocorre mediante a utilização de diversas fontes de recursos que o Estado pode recolher da sociedade. Essas fontes de recursos podem ser divididas em dois grandes tipos: fontes tributárias - impostos, taxas e contribuições económicas e sociais --- que são de origem impositiva; e fontes não - tributárias – títulos do tesouro, recursos diretamente arrendados, operações de créditos e outros. (Castro, 2007)

Todavia, é importante salientar que os gastos em educação, estão intimamente relacionados com a qualidade de ensino conforme afirmam (Sobreira e Campos, 2008). Ainda de acordo com os autores, quanto maior forem os gastos com a educação maior é a aprendizagem dos alunos e conseqüentemente a qualidade de ensino. Daí que, os gastos totais com a educação, não devem estar tão longe do padrão dos gastos dos países ricos, como os da OCDE, que aplicam em média 4,9% do PIB.

E a título de exemplo, Helene e Colaboradores (2001:219) citados por Sobreira e Campos (2008) afirmam que os gastos totais com educação do Brasil eram da ordem de 4,44% do PIB, o que mantinha o país não muito longe do padrão de gastos de países ricos, como os da OCDE, que aplicam em média 4,9% do PIB. O problema é que como a dimensão da economia brasileira estava bem abaixo da dimensão desses países, o gasto *per capita* em educação lá praticado era consideravelmente menor que nos países desenvolvidos.

Enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, são gastos aproximadamente US\$ 7 mil anuais por aluno (25% da renda *per capita* daquele país), no Brasil as despesas anuais por estudante são de aproximadamente R\$ 900 (cerca de 12% da renda *per capita*).

Retira-se a ideia que, os gastos com a educação estão amplamente relacionados com o PIB e o OGE (Orçamento geral do Estado) de um determinado país e conseqüentemente a qualidade de ensino. Quanto mais se gasta, maior é a qualidade de ensino esperada.

## **2.5. Pesquisa teórica do problema: analítica**

### **2.5.1. Estudo do Custo por Aluno**

#### 2.5.1.1. Importância do estudo do custo por aluno

O custo por aluno é uma das categorias indispensáveis para o planejamento da política educativa no campo do financiamento da educação em todos os níveis de ensino, sendo assim torna-se necessário e urgente fazer estudo em escolas públicas, nas escolas participadas e privadas, em todas as classes, esperando ser útil na avaliação das políticas e tomada de decisões.

---

## **3. METODOLOGIA**

---

Tendo em conta o estudo em causa, a metodologia adotada para o estudo, foi o método de recolha de dados (questionário), com um enfoque quantitativo.

### **3.1. Justificação da metodologia**

A metodologia do estudo escolhida, deve-se ao facto de que, o estudo ser efetuado nas Escolas do 2º ciclo do ensino secundário e Instituto Médio Politécnico onde encontram-se seleccionadas o público-alvo. Tendo em conta a abordagem do tema e sua relevância, seleccionou-se esta metodologia devido o impacto que ele possui para a vida. Ela proporciona ao inquirido a liberdade de responder em função a sua realidade.

### **3.2. Descrição da metodologia**

A descrição da metodologia, baseou-se no instrumento- análise dos dados e dos custos bem como no cálculo dos indicadores e a sua interpretação de forma a permitir melhor apreciação do financiamento da educação.

#### **3.2.1. Procedimentos do estudo**

Este estudo, baseou-se na recolha de dados e consequentemente na análise e interpretação dos mesmos recorrendo à estatística descritiva.

---

## 4. ANÁLISE DE DADOS

---

A análise de dados permite ter uma ideia e chegar a uma conclusão sobre um determinado fenómeno em estudo por intermédio de tabelas e gráficos.

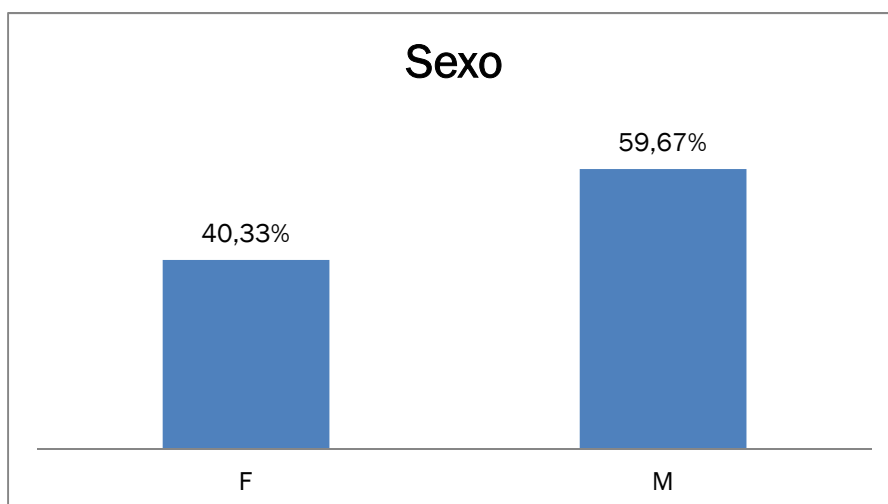
A análise de dados abaixo refere-se aos estudantes de diferentes escolas.

**Tabela 1: Sexo dos estudantes**

Sexo	Frequência Absoluta
F	73
M	108
Total	181

A maior parte dos entrevistados são do sexo masculino, correspondente a 59,67%.

**Gráfico 1: Sexo dos alunos**

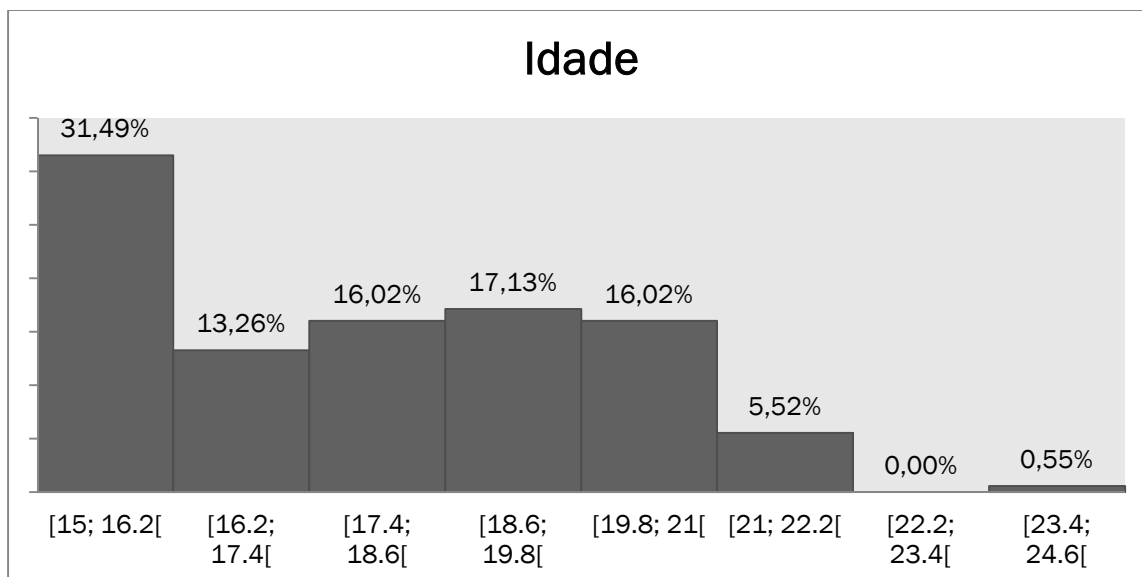


**Tabela 2: Idade dos alunos**

Classes	Frequência Absoluta
[15; 16.2[	57
[16.2; 17.4[	24
[17.4; 18.6[	29
[18.6; 19.8[	31
[19.8; 21[	29
[21; 22.2[	10
[22.2; 23.4[	0
[23.4; 24.6[	1
Total	181

A idade média ronda aos 18 anos de idade. Metade dos alunos tem 18 anos ou menos enquanto que a outra metade tem 18 anos ou mais. A maior parte do entrevistados tem 16 anos de idade.

**Gráfico 2: Idade dos alunos**



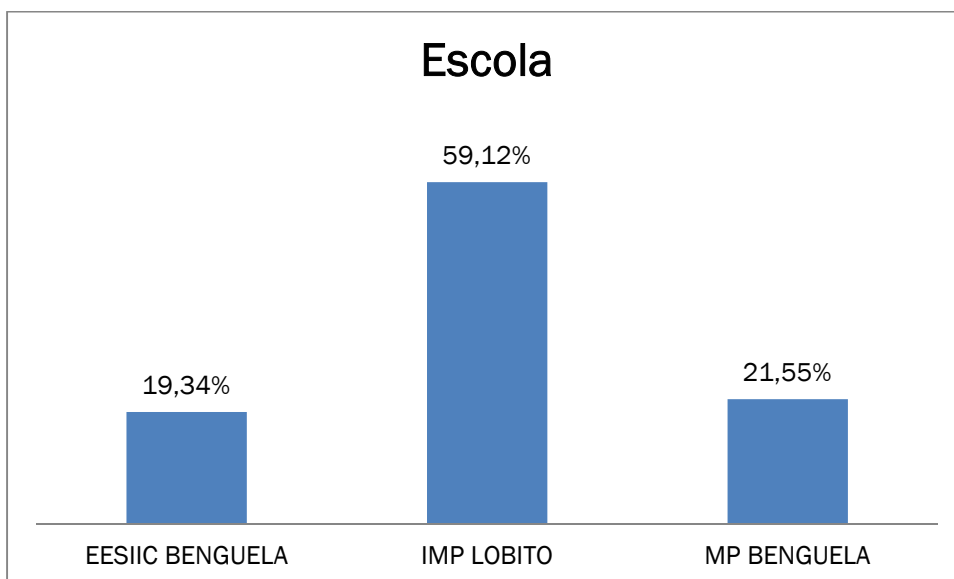
Como verificamos a idade mais predominante está entre os 15 e os 16 anos, que corresponde a 31,49 %.

**Tabela 3: Escola dos alunos**

Escola	Frequência Absoluta
EESIIC BENGUELA	35
IMP LOBITO	107
MP BENGUELA	39
Total	181

Maior parte dos entrevistados pertence ao IMP Lobito

**Gráfico 3: Escola dos alunos**



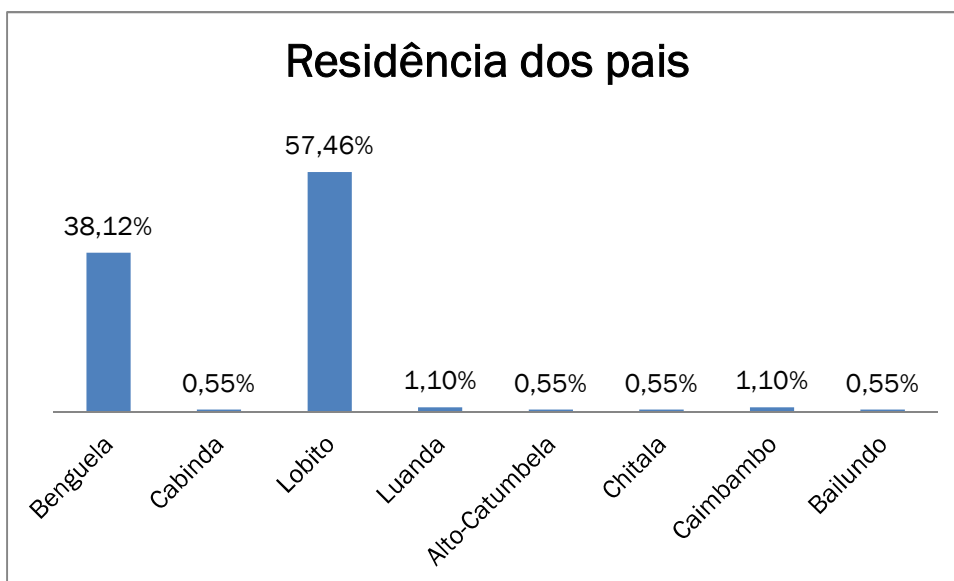
59,12 % dos alunos são do IMP LOBITO, 19,34% da EESIIC BENGUELA e 21,55% do MP BENGUELA.

**Tabela 4: Residência dos pais**

residência dos pais	Frequência Absoluta
Benguela	69
Cabinda	1
Lobito	104
Luanda	2
Alto-Catumbela	1
Chitala	1
Caimbambo	2
Bailundo	1
Total	181

A maior parte dos pais dos alunos reside no Lobito

**Gráfico 4 : Residência dos pais**



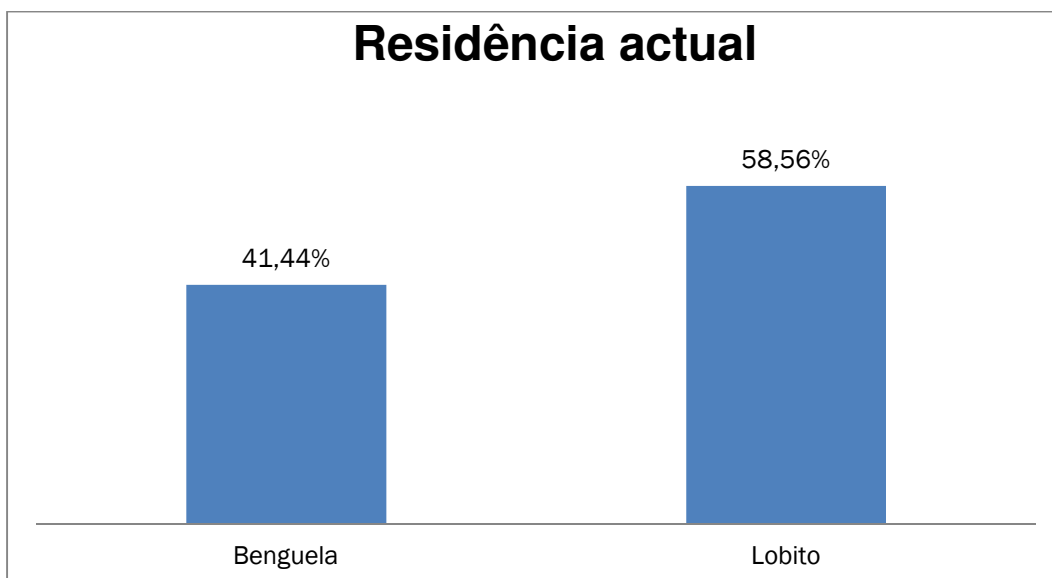
57,46 % dos pais dos alunos reside no Lobito.

**Tabela 5: Residência atual**

residência actual	Frequência Absoluta
Benguela	75
Lobito	106
Total	181

Maior parte dos alunos reside no Lobito

**Gráfico 5: Residência atual**



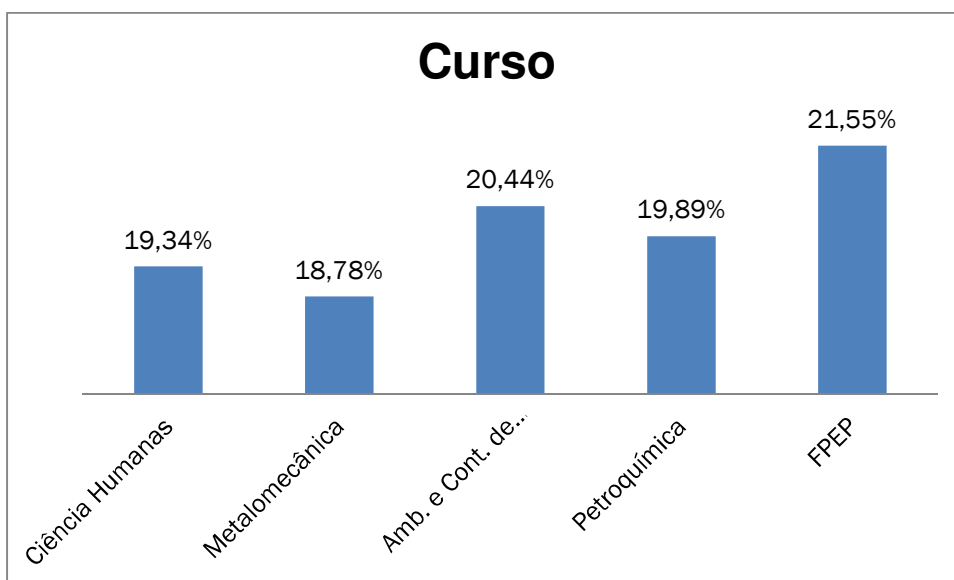
58,56 % dos alunos reside no Lobito.

**Tabela 6: Curso dos alunos**

Curso	Frequência Absoluta
Ciência Humanas	35
Metalomecânica	34
Amb. e Cont. de Qualidade	37
Petroquímica	36
FPEP	39
Total	181

Maior parte dos alunos frequenta o curso de FPEP.

**Gráfico 6 : Curso dos alunos**



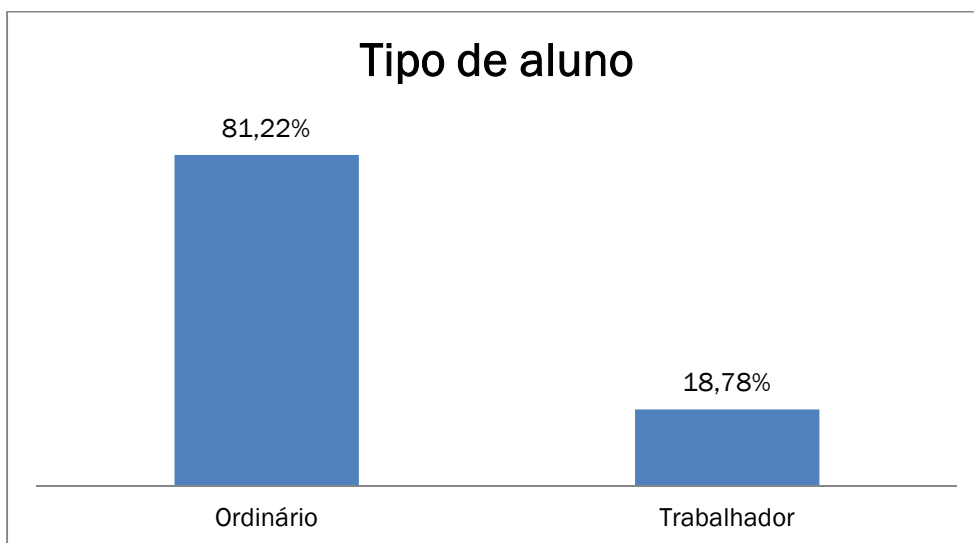
21,55% dos alunos frequenta o curso FPEP.

**Tabela 7: Tipo de aluno**

tipo de aluno	Frequência Absoluta
Ordinário	147
Trabalhador	34
Total	181

Maior parte dos alunos são do tipo ordinário.

**Gráfico 7 : Tipo de aluno**



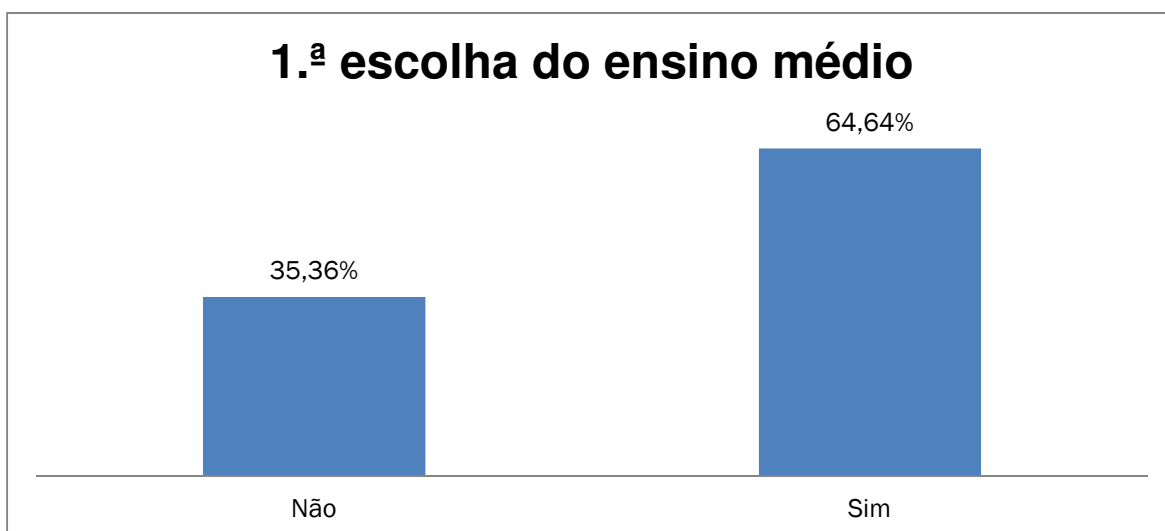
81,22% dos alunos são do tipo ordinário enquanto 18,78% são trabalhadores.

**Tabela 8: Primeira escolha do ensino médio**

1ª escolha do ensino médio	Frequência Absoluta
Não	64
Sim	117
Total	181

Maior parte dos alunos tiveram como primeira escolha o curso que estão frequentando.

**Gráfico 8: Primeira escolha do ensino médio**



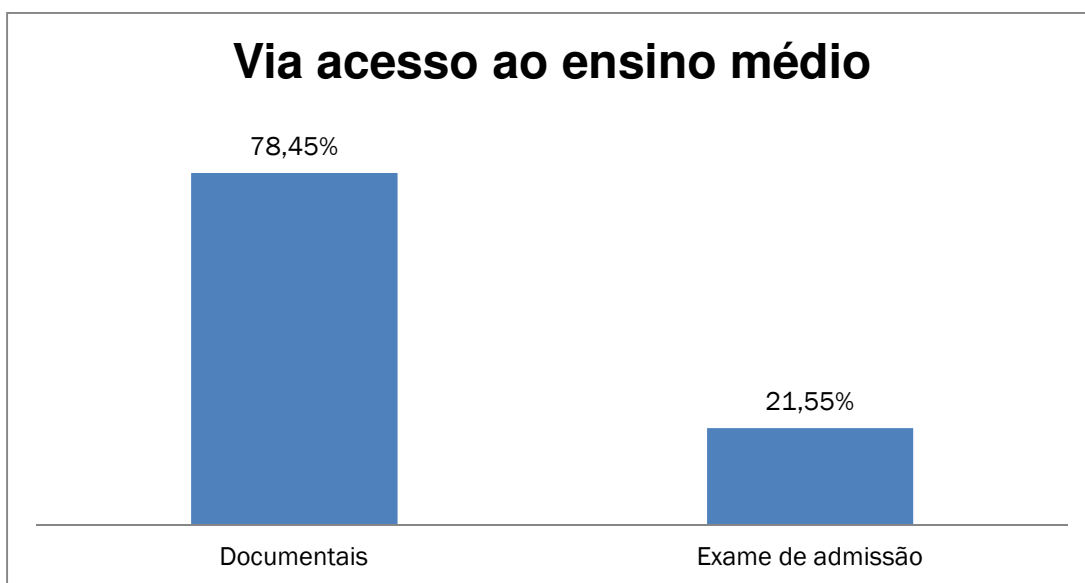
64,64% dos alunos frequentam o curso que escolheram primeiro enquanto 35,36% fazem um curso que não escolheram primeiro lugar.

**Tabela 9: via acesso ao ensino médio**

Via de acesso ao ensino médio	Frequência Absoluta
Documentais	142
Exame de admissão	39
Total	181

Maior parte dos alunos teve acesso ao ensino médio por via documental.

**Gráfico 9 : Via de acesso ao ensino médio**



78,45% dos alunos tiveram acesso ao ensino médio por via documental, enquanto 21,55% foi por exame de admissão.

**Tabela 10: Experiência profissional**

Experiência profissional	Frequência Absoluta
Não	131
Sim	50
Total	181

Maior parte dos alunos não tem experiência profissional

**Gráfico 10 : Experiência profissional**



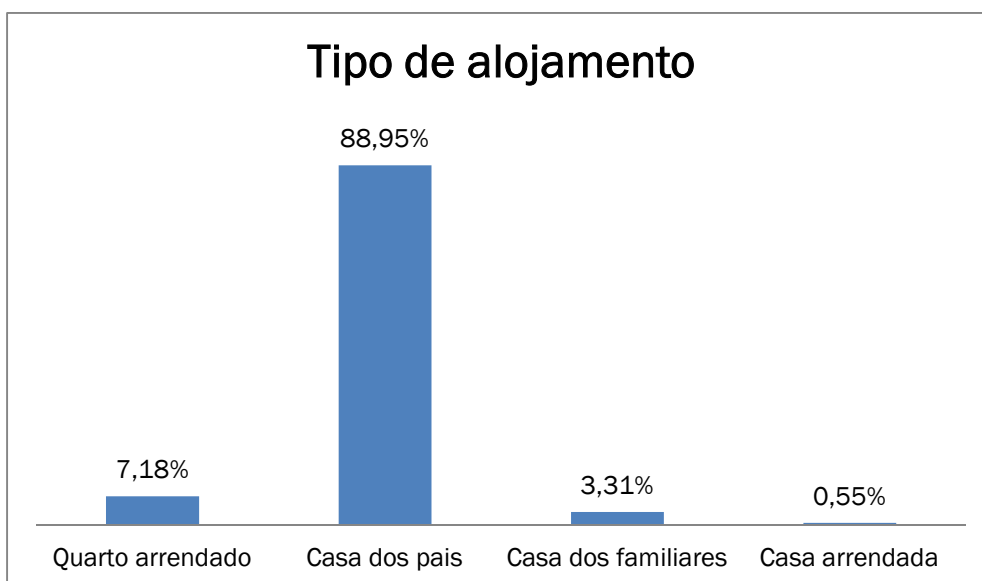
72% dos alunos não têm experiência profissional enquanto 28% têm.

**Tabela 11: Tipo de alojamento**

Tipo de alojamento	Frequência Absoluta
Quarto arrendado	13
Casa dos pais	161
Casa dos familiares	6
Casa arrendada	1
Total	181

Maior parte dos alunos vive com os pais.

**Gráfico 11 : Tipo de alojamento**



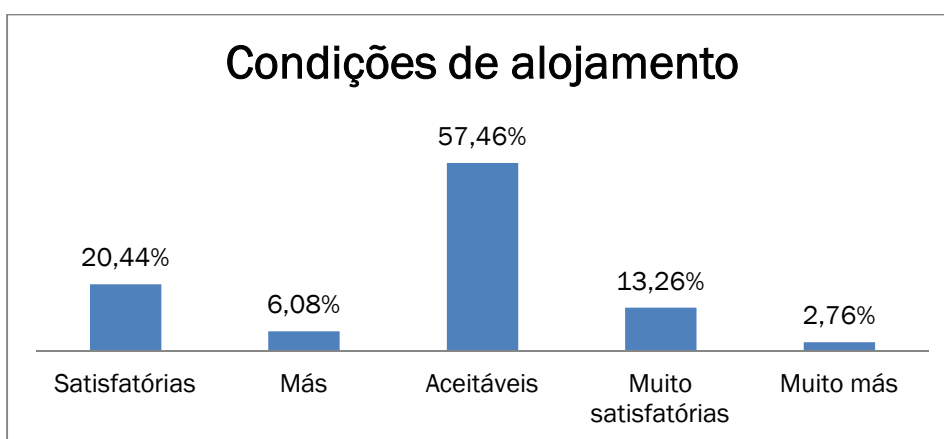
88,95% dos alunos vive com os pais, enquanto 0,55% vive em casa arrendada.

Tabela 12: Condições de alojamento

<b>condições de alojamento</b>	<b>Frequência Absoluta</b>
Satisfatórias	37
Más	11
Aceitáveis	104
Muito satisfatórias	24
Muito más	5
Total	181

Maior parte dos alunos considera as condições de alojamento como aceitáveis.

Gráfico 12 : Condições de alojamento



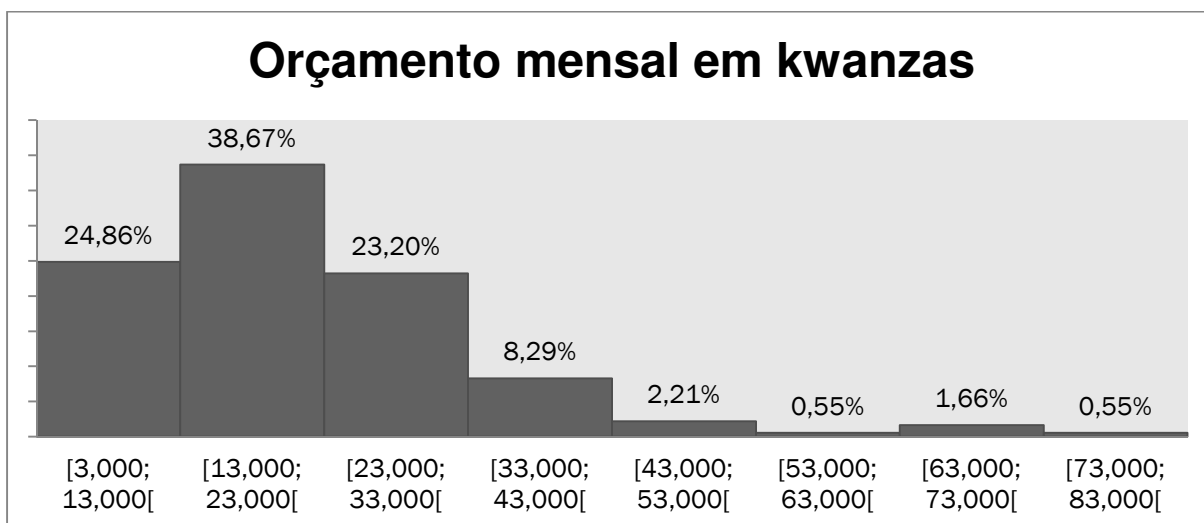
57,46% dos inquiridos consideram as condições de alojamento como aceitáveis, enquanto 2,76% consideram muito más.

Tabela 13: Orçamento mensal

<b>orçamento mensal</b>	<b>Frequência Absoluta</b>
[3,000; 13,000[	45
[13,000; 23,000[	70
[23,000; 33,000[	42
[33,000; 43,000[	15
[43,000; 53,000[	4
[53,000; 63,000[	1
[63,000; 73,000[	3
[73,000; 83,000[	1
Total	181

O orçamento médio mensal é de 21,184.53 kwanzas. O orçamento mediano mensal é de 18,500.00 kwanzas enquanto que o orçamento que mais se repete é de 10,000.00 kwanzas.

**Gráfico 13 : Orçamento mensal**



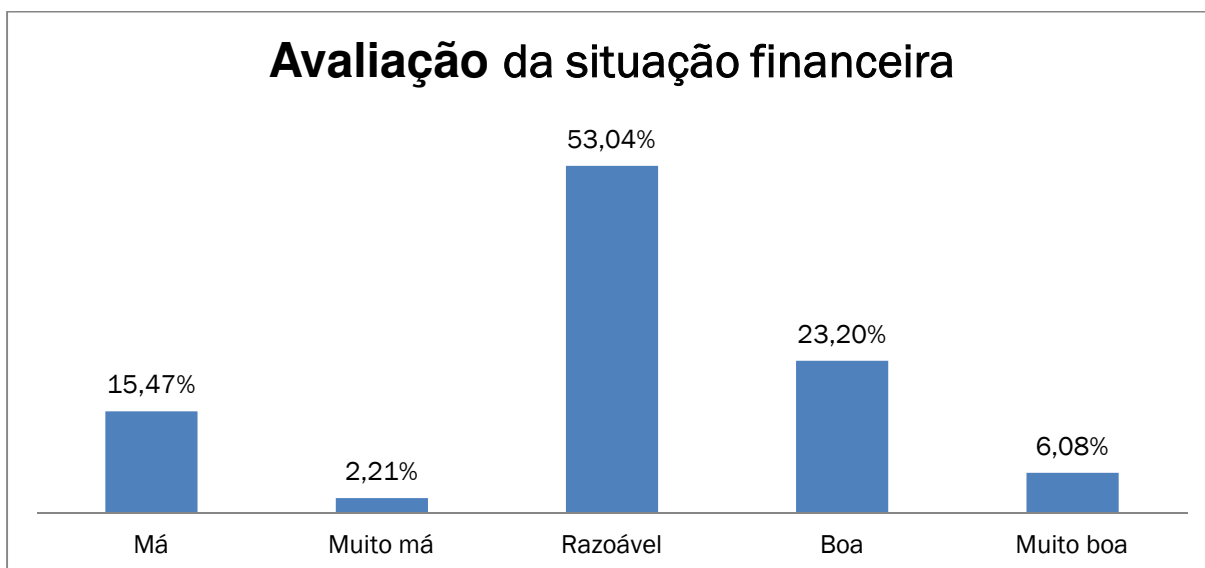
Verifica-se que maior parte dos alunos (38,67%), o orçamento mensal varia entre os 13000 e os 23000 kwanzas.

**Tabela 14: Avaliação da situação financeira**

avaliação da situação financeira	Frequência Absoluta
Má	28
Muito má	4
Razoável	96
Boa	42
Muito boa	11
Total	181

A maior parte dos alunos considera que a situação financeira dos pais é razoável.

**Gráfico 14 : Avaliação da situação financeira**



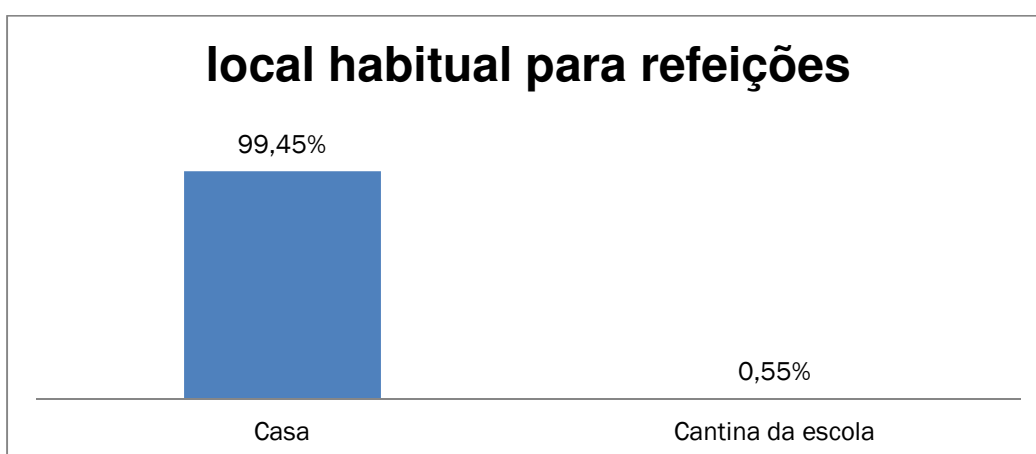
Pelo gráfico podemos verificar que 53,04% avalia a situação financeira dos pais como razoável.

**Tabela 15: Local habitual para refeições**

local habitual para refeições	Frequência Absoluta
Casa	180
Cantina da escola	1
Total	181

A tabela sugere-nos que o local habitual para as refeições é a casa.

**Gráfico 15: Avaliação da situação financeira**



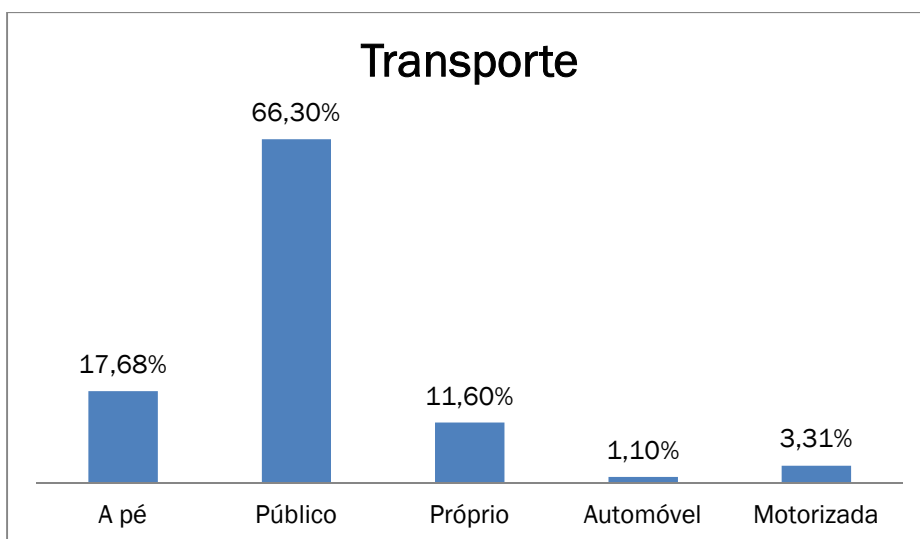
O gráfico sugere-nos que 99,45% dos alunos faz as refeições em casa.

**Tabela 16: Transporte**

Transporte	Freq. Absoluta
A pé	32
Público	120
Próprio	21
Automóvel	2
Motorizada	6
Total	181

O transporte mais utilizado pelos alunos é o transporte público.

Gráfico 16 : Transporte



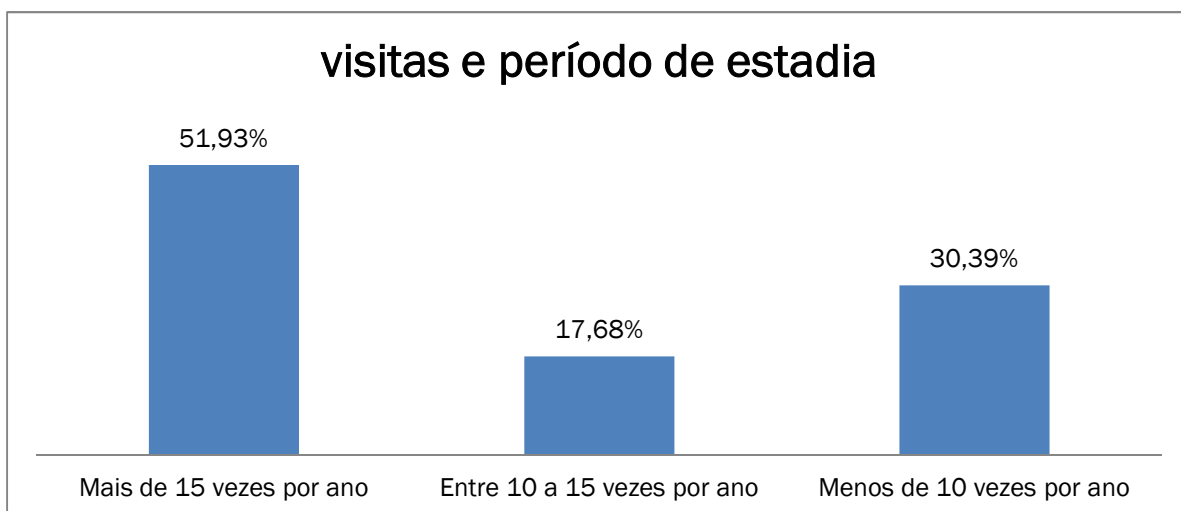
66,30% dos alunos andam de transporte público enquanto 1,10% vem de automóvel não público.

**Tabela 17: Visitas e período de estadia**

visitas e período de estadia	Frequência Absoluta
Mais de 15 vezes por ano	94
Entre 10 a 15 vezes por ano	32
Menos de 10 vezes por ano	55
Total	181

Maior parte dos alunos visita suas casas, mais de 15 vezes por ano.

**Gráfico 17 : Visitas e período de estadia**



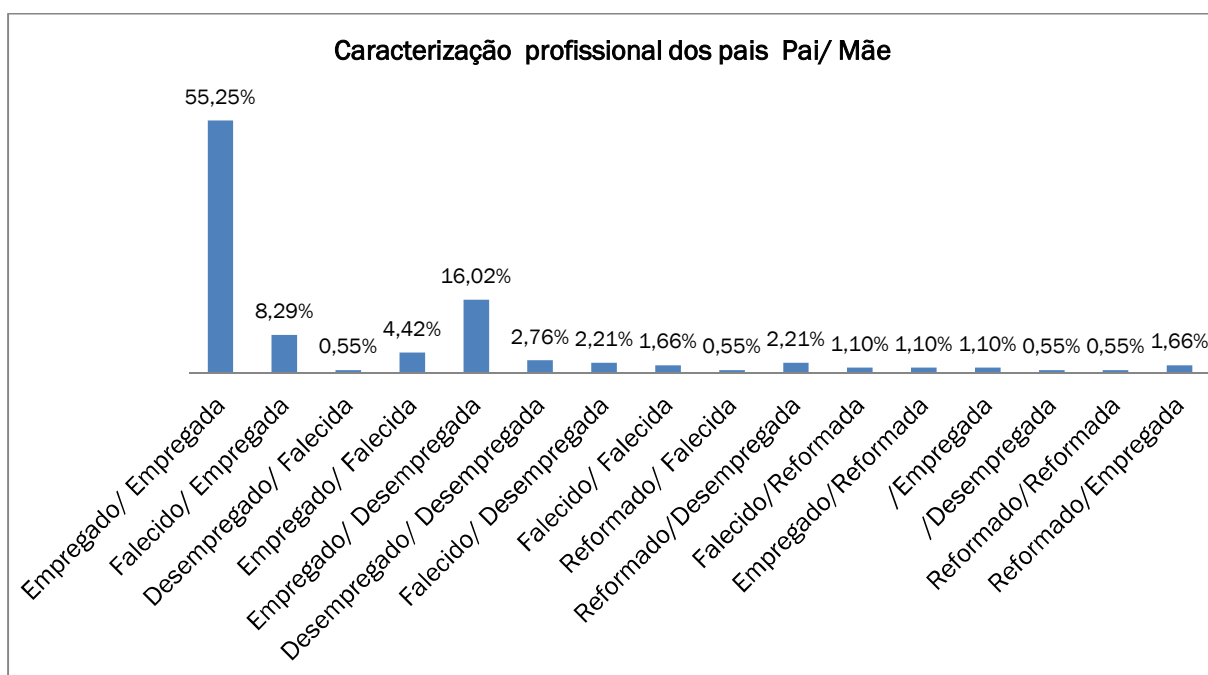
Cerca de 51,93% dos alunos visita sua casa, mais de 15 vezes por ano.

**Tabela 18: Caracterização profissional dos pais : Pai/ Mãe**

Caracterização profissional dos pais: Pai/ Mãe	Frequência Absoluta
Empregado/ Empregada	100
Falecido/ Empregada	15
Desempregado/ Falecida	1
Empregado/ Falecida	8
Empregado/ Desempregada	29
Desempregado/ Desempregada	5
Falecido/ Desempregada	4
Falecido/ Falecida	3
Reformado/ Falecida	1
Reformado/Desempregada	4
Falecido/Reformada	2
Empregado/Reformada	2
/Empregada	2
/Desempregada	1
Reformado/Reformada	1
Reformado/Empregada	3
Total	181

Maior parte dos alunos tem pai empregado e mãe empregada.

## Gráfico 18 : Caracterização profissional dos pais : Pai/ Mãe



55,25% dos alunos tem pai empregado e mãe empregada.

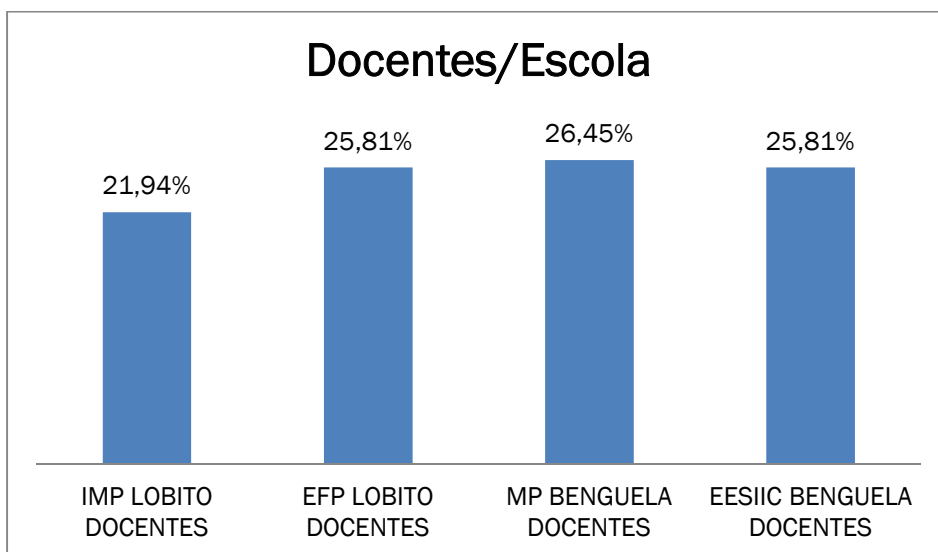
### 4.1. A análise de dados abaixo refere-se aos docentes de diferentes escolas

Tabela 19: Escola

Escola	Freq. Absoluta
IMP LOBITO DOCENTES	34
EFP LOBITO DOCENTES	40
MP BENGUELA DOCENTES	41
EESIIC BENGUELA DOCENTES	40
Total	155

Maior parte dos docentes inquiridos trabalham no Magistério Primário de Benguela.

**Gráfico 19 : Escola**



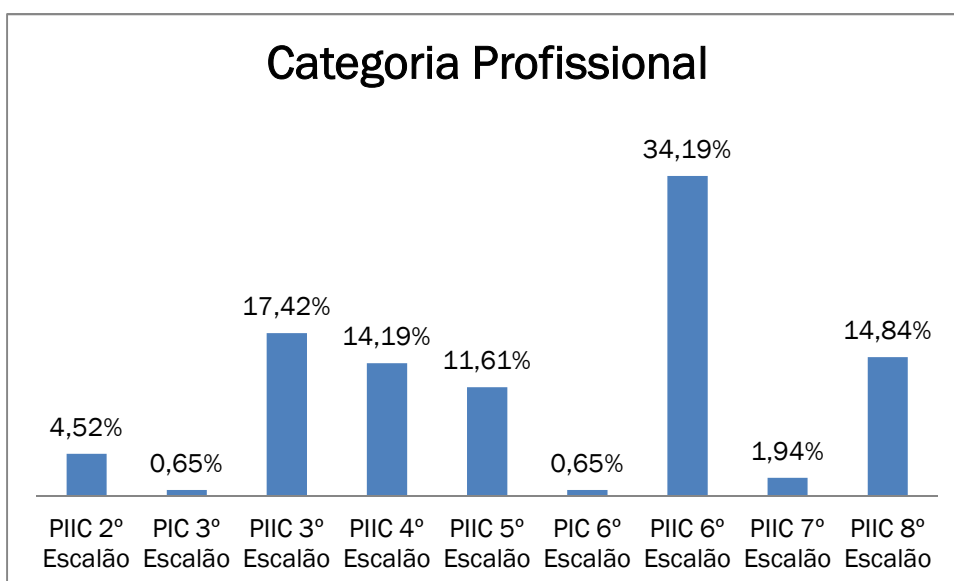
O gráfico mostra-nos que 26,45% dos docentes que participaram na pesquisa, pertencem ao Magistério Primário de Benguela enquanto que 21,94% dos docentes participantes, são do Instituto Médio Politécnico do Lobito que correspondem a menor parte.

**Tabela 20: Categoria profissional**

<b>Categoria profissional</b>	<b>Freq. Absoluta</b>
PIIC 2º Escalão	7
PIC 3º Escalão	1
PIIC 3º Escalão	27
PIIC 4º Escalão	22
PIIC 5º Escalão	18
PIC 6º Escalão	1
PIIC 6º Escalão	53
PIIC 7º Escalão	3
PIIC 8º Escalão	23
Total	155

Os professores do II Ciclo do 6.º Escalão, constituem a maior parte da amostra.

Gráfico 20 : Categoria profissional



O gráfico indica-nos que os professores do II Ciclo do 6.º Escalão, correspondem a 34,19%, enquanto que os Professores do II Ciclo 3.º Escalão e do I Ciclo 6.º Escalão correspondem, a 0,65%.

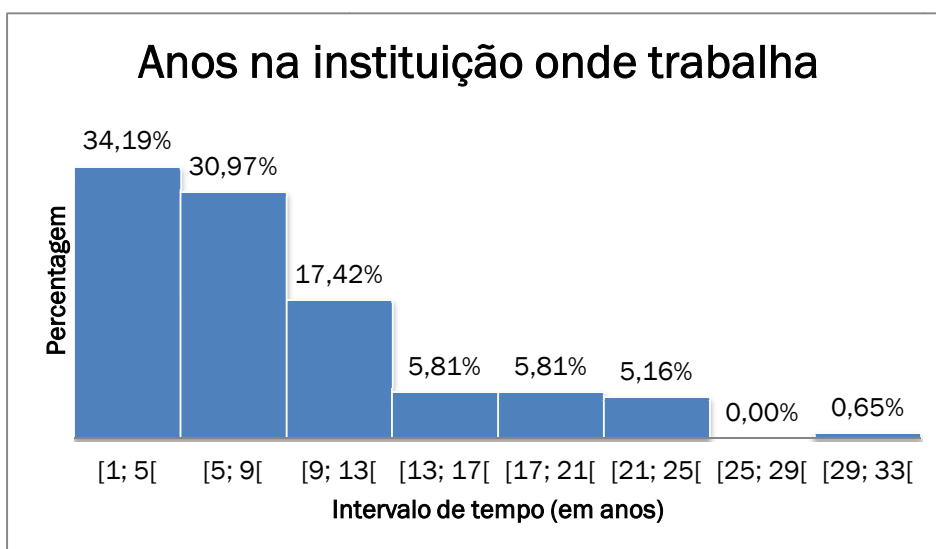
**Tabela 21: Anos na instituição onde trabalha**

Anos na Instituição onde trabalha	Freq. Absoluta
[1; 5[	53
[5; 9[	48
[9; 13[	27
[13; 17[	9
[17; 21[	9
[21; 25[	8
[25; 29[	0
[29; 33[	1
Total	155

A tabela mostra-nos que maior parte dos professores tem entre 1 a 5 anos de trabalho na instituição onde labora.

O tempo médio de trabalho na instituição dos trabalhadores é de 8 anos. Metade dos trabalhadores tem 4 anos de atividade laboral ou menos e a outra metade 6 ou mais. O tempo de serviço que se repete entre os professores é de 4 anos.

**Gráfico 21: Anos na instituição onde trabalha**



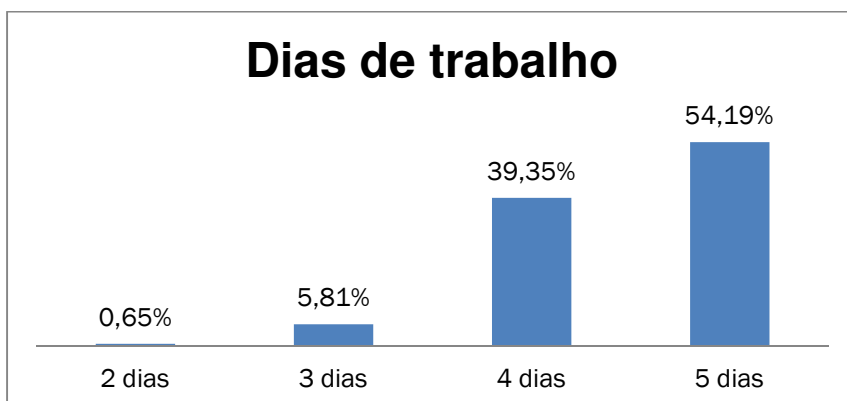
O gráfico sugere-nos que 34,19% dos docentes têm um tempo de serviço inferior a 5 anos, enquanto que 0,65% dos docentes têm um tempo de serviço igual ou superior a 29 anos e inferiores a 33 anos.

**Tabela 22: Dias de trabalho**

Dias de trabalho	Freq. Absoluta
2 dias	1
3 dias	9
4 dias	61
5 dias	84
Total	155

A tabela mostra-nos maior parte dos professores têm 5 dias de trabalho. Em média os professores trabalharam 4 dias. Enquanto metade dos professores trabalharam 5 dias ou menos e a outra metade 5 dias ou mais. O tempo que mais se repetiu é de 5 dias.

**Gráfico 22: Dias de trabalho**



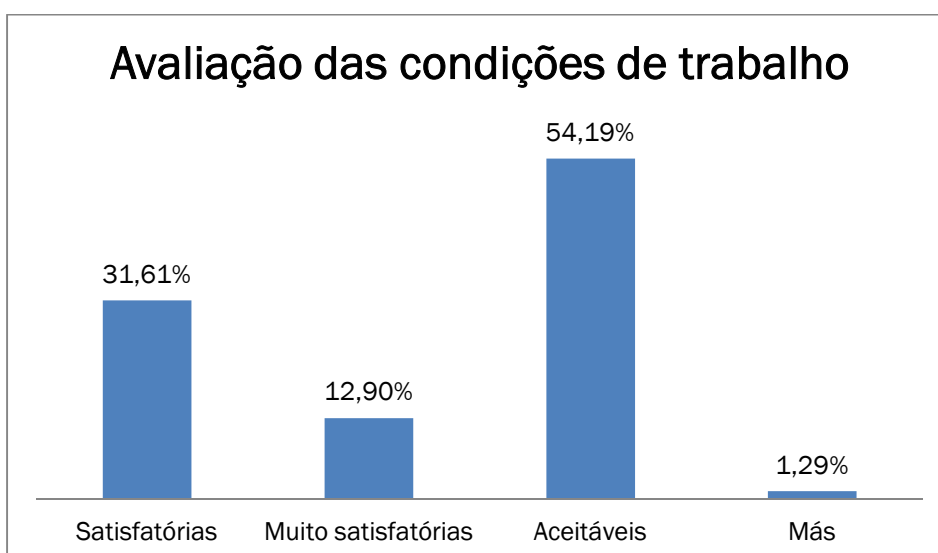
O gráfico sugere-nos que 54,19% têm 5 dias de trabalho enquanto que 0,65% têm 2 dias de trabalho.

**Tabela 23: Avaliação das condições de trabalho**

Avaliação das condições de trabalho	Freq. Absoluta
Satisfatórias	49
Muito satisfatórias	20
Aceitáveis	84
Más	2
Total	155

Maior parte dos inquiridos considera que as condições são aceitáveis.

**Gráfico 23: Avaliação das condições de trabalho**



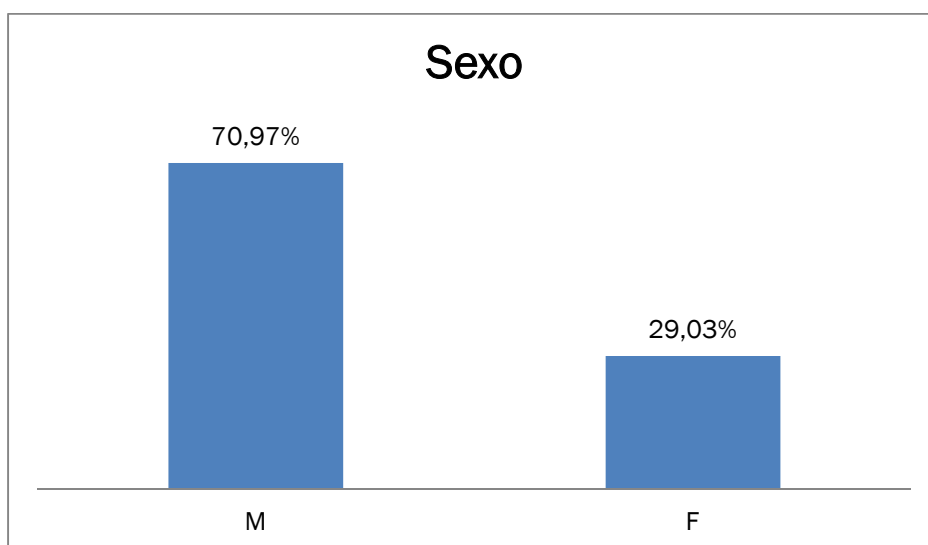
O gráfico mostra-nos que 54,19 % avaliam as condições com aceitáveis, enquanto que 1,29 % consideram-nas como más.

**Tabela 24: Sexo**

<b>Sexo</b>	Freq. Absoluta
M	110
F	45
Total	155

A amostra é constituída maioritariamente por indivíduos do sexo masculino.

**Gráfico 24: Sexo**



Os inquiridos para a pesquisa constituem 70,97 %, enquanto 29,03 % são do sexo feminino.

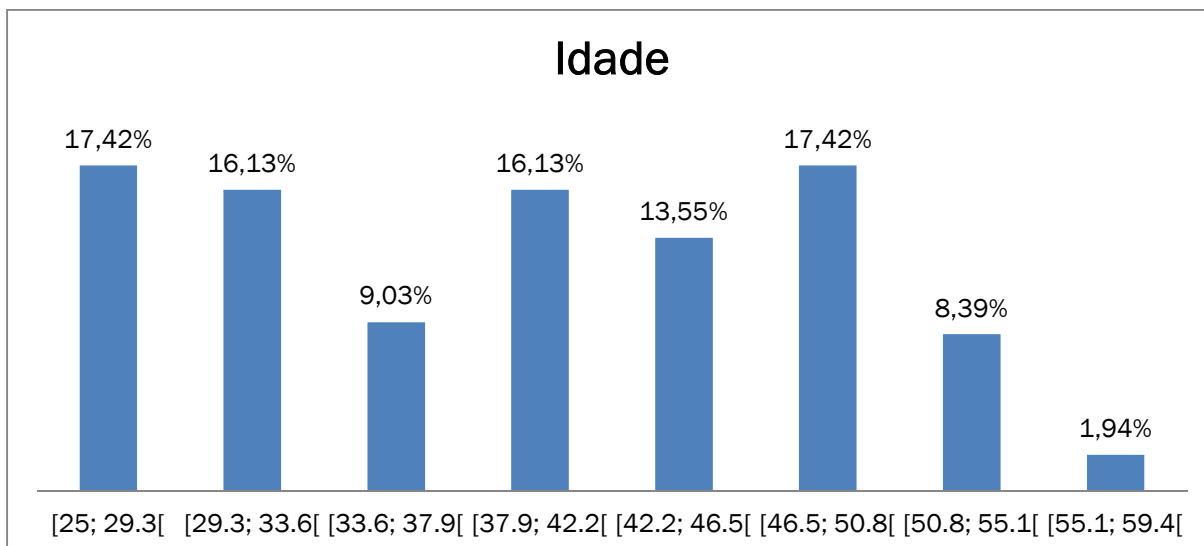
**Tabela 25: Idade**

<b>Idade</b>	Freq. Absoluta
[25; 29.3[	27
[29.3; 33.6[	25
[33.6; 37.9[	14
[37.9; 42.2[	25
[42.2; 46.5[	21
[46.5; 50.8[	27
[50.8; 55.1[	13
[55.1; 59.4[	3
<b>Total</b>	155

Maior parte dos inquiridos tem idade compreendida entre os 25 a 29 anos e dos 46 a 50 anos.

A idade dos inquiridos ronda os 40 anos, uns mais e outros menos. Metade dos inquiridos tem 39 anos ou menos e a outra metade 39 anos ou mais. A idade mais repetida nos inquiridos é de 49 anos.

**Gráfico 25 : Idade**



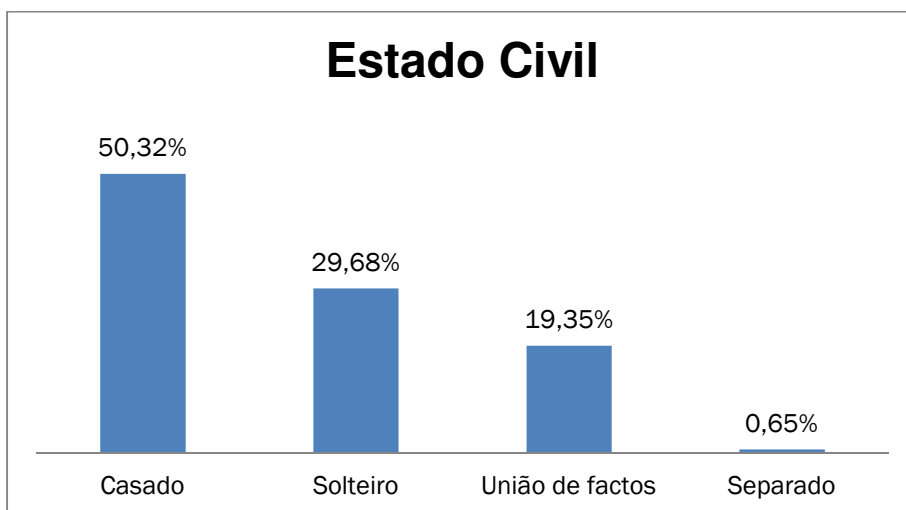
O gráfico revela-nos que 17,42% dos inquiridos têm idade compreendida entre os 25 a 29 anos e 46 a 50 anos.

**Tabela 26: Estado civil**

Estado Civil	Freq. Absoluta
Casado	78
Solteiro	46
União de factos	30
Separado	1
Total	155

A maior parte dos inquiridos é casado.

**Gráfico 26 : Estado Civil**



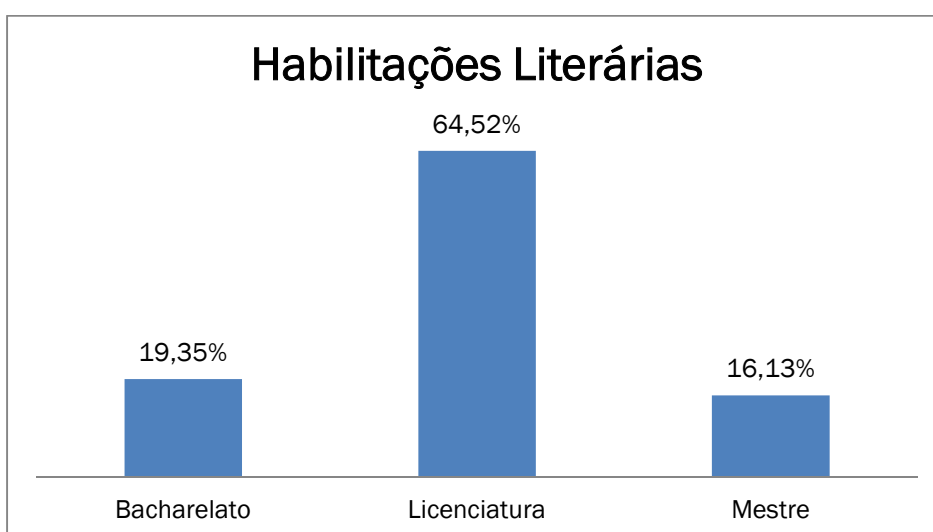
50,32% dos inquiridos é casado, enquanto 0,65% é separado.

**Tabela 27: Habilitações Literárias**

Habilitações Literárias	Freq. Absoluta
Bacharelato	30
Licenciatura	100
Mestre	25
Total	155

Maior parte dos inquiridos tem habilitações literárias de licenciado.

**Gráfico 27 : Habilitações Literárias**



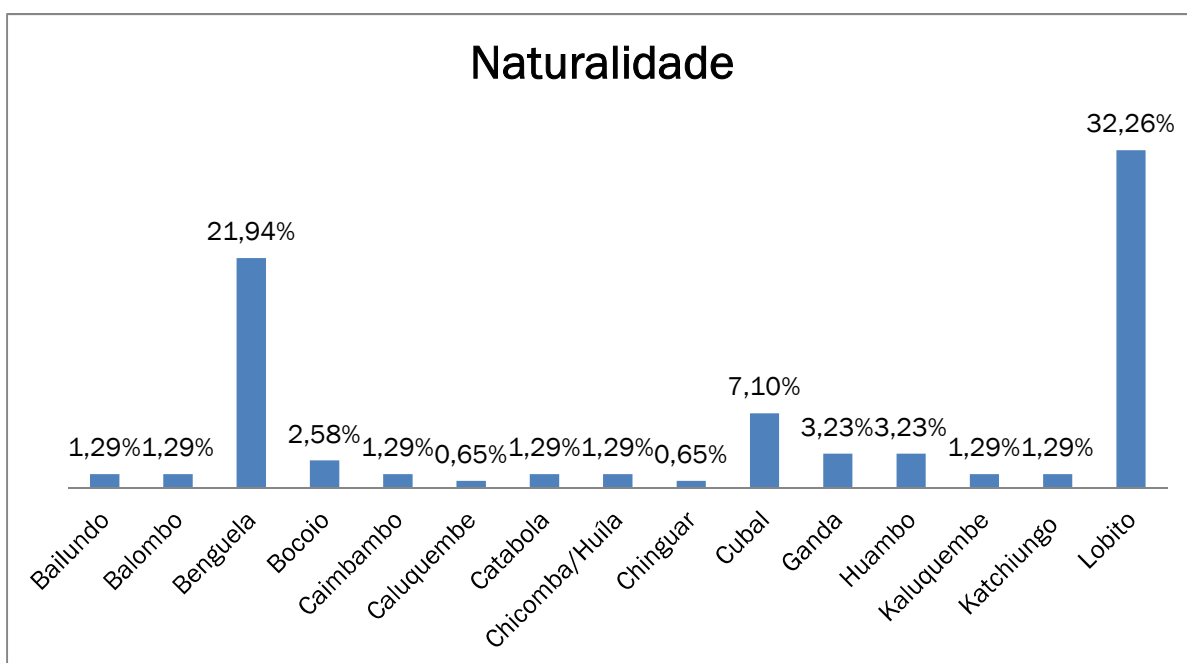
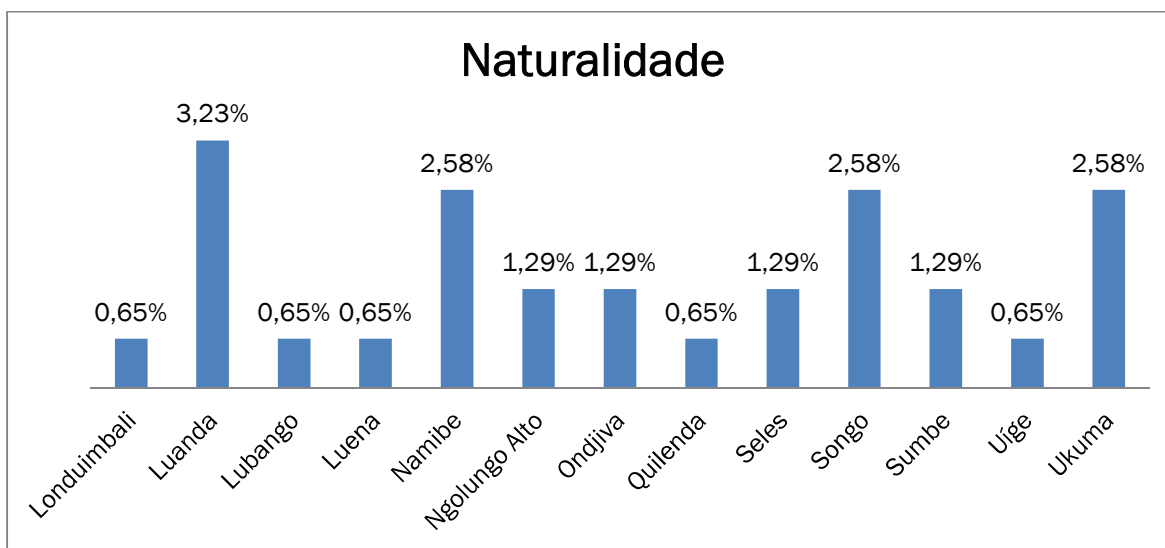
O gráfico revela-nos que 64,52% dos inquiridos é licenciado e 16,13% é mestre.

**Tabela 28: Naturalidade**

<b>Naturalidade</b>	<b>Freq. Absoluta</b>
Bailundo	2
Balombo	2
Benguela	34
Bocoio	4
Caimbambo	2
Caluquembe	1
Catabola	2
Chicomba/Huíla	2
Chinguar	1
Cubal	11
Ganda	5
Huambo	5
Kaluquembe	2
Katchiungo	2
Lobito	50
Londuimbali	1
Luanda	5
Lubango	1
Luena	1
Namibe	4
Ngolungo Alto	2
Ondjiva	2
Quilenda	1
Seles	2
Songo	4
Sumbe	2
Uíge	1
Ukuma	4
Total	155

Maior parte dos inquiridos é natural do Lobito.

**Gráfico 28 : Naturalidade**



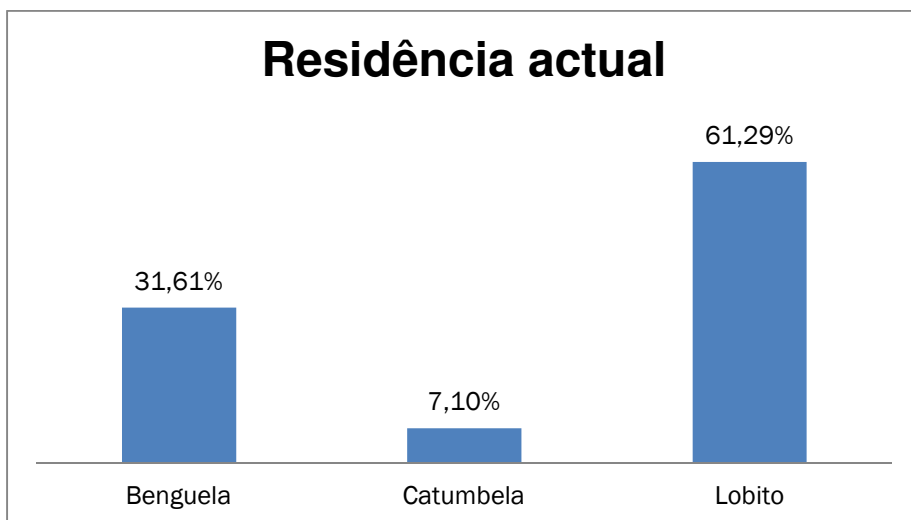
32,26% dos inquiridos é natural do Lobito enquanto 0,65% dos inquiridos está dividido entre Londuibalí, Lubango, Luena, Quilenda, Uíge, Caluquembe e Chinguar.

**Tabela 29: Residência atual**

Residência actual	Freq. Absoluta
Benguela	49
Catumbela	11
Lobito	95
Total	155

A tabela mostra-nos que maior parte dos inquiridos reside atualmente no Lobito.

**Gráfico 29: Residência atual**



O gráfico mostra-nos que 61,29% reside no Lobito e 7,10% na Catumbela.

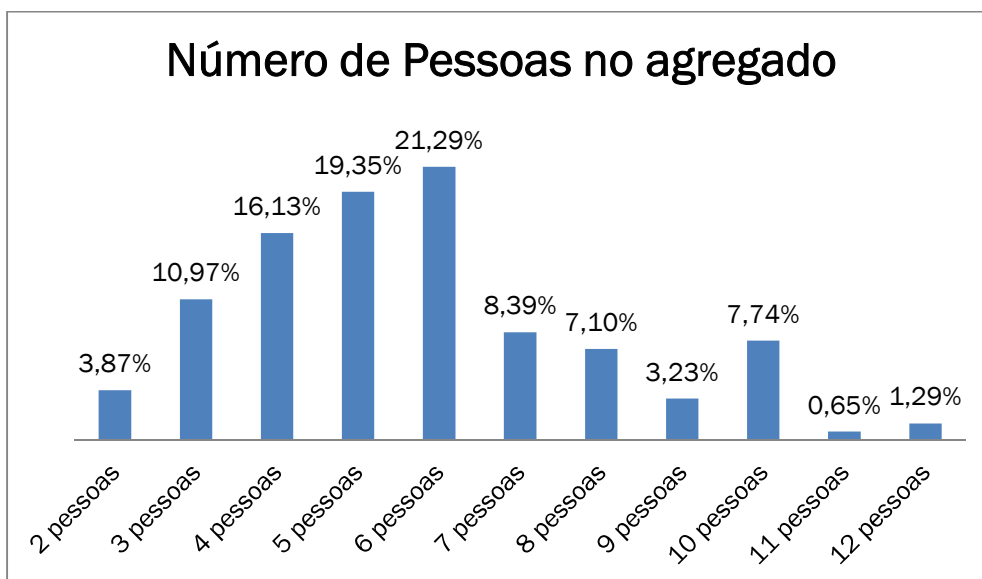
**Tabela 30: Número de pessoas no agregado**

Número de Pessoas no agregado	Freq. Absoluta
2 pessoas	6
3 pessoas	17
4 pessoas	25
5 pessoas	30
6 pessoas	33
7 pessoas	13
8 pessoas	11
9 pessoas	5
10 pessoas	12
11 pessoas	1
12 pessoas	2
Total	155

Maior parte dos inquiridos tem um agregado de 6 pessoas.

O número de agregados por inquiridos ronda as 6 pessoas, uns com menos e outros com mais. Metade dos inquiridos tem 5 pessoas no agregado ou menos e a outra metade, 5 pessoas ou mais. O número de agregados que mais se repete é de 6 pessoas.

**Gráfico 30: Número de pessoas no agregado**



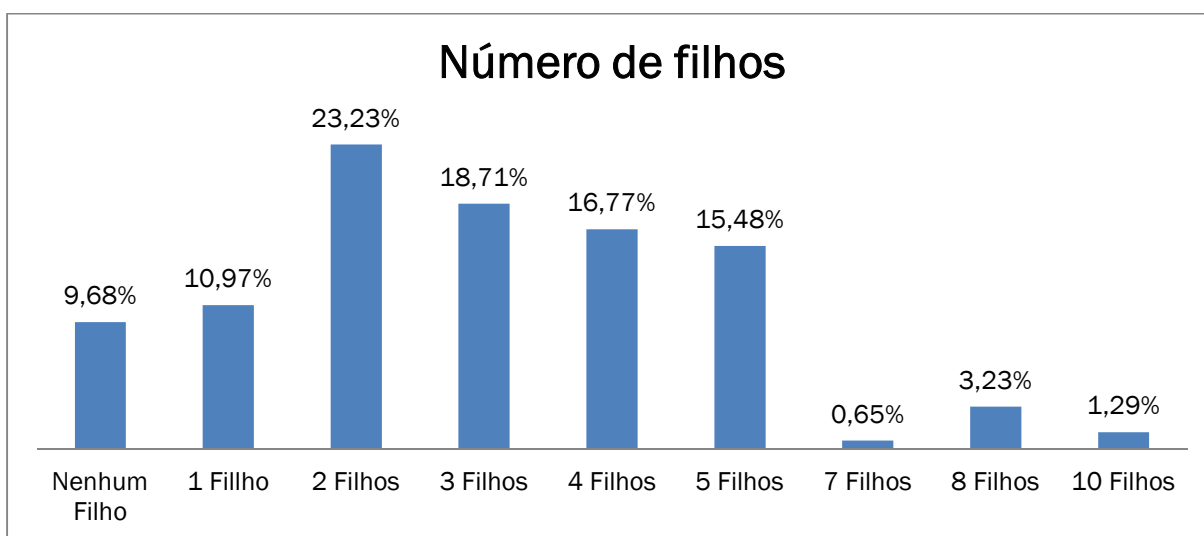
O gráfico mostra-nos que 21,29% dos inquiridos tem 6 pessoas no seu agregado e 0,65% tem 11 pessoas.

**Tabela 31: Número de filhos**

Número de filhos	Freq. Absoluta
Nenhum Filho	15
1 Filho	17
2 Filhos	36
3 Filhos	29
4 Filhos	26
5 Filhos	24
7 Filhos	1
8 Filhos	5
10 Filhos	2
Total	155

O número de filhos por inquirido ronda aos 3 uns mais e outros menos. Metade dos inquiridos tem 3 filhos ou menos e a outra metade 3 filhos ou mais. O número de filhos que mais se repete nos inquiridos é 2 filhos.

**Gráfico 31 : Número de filhos**



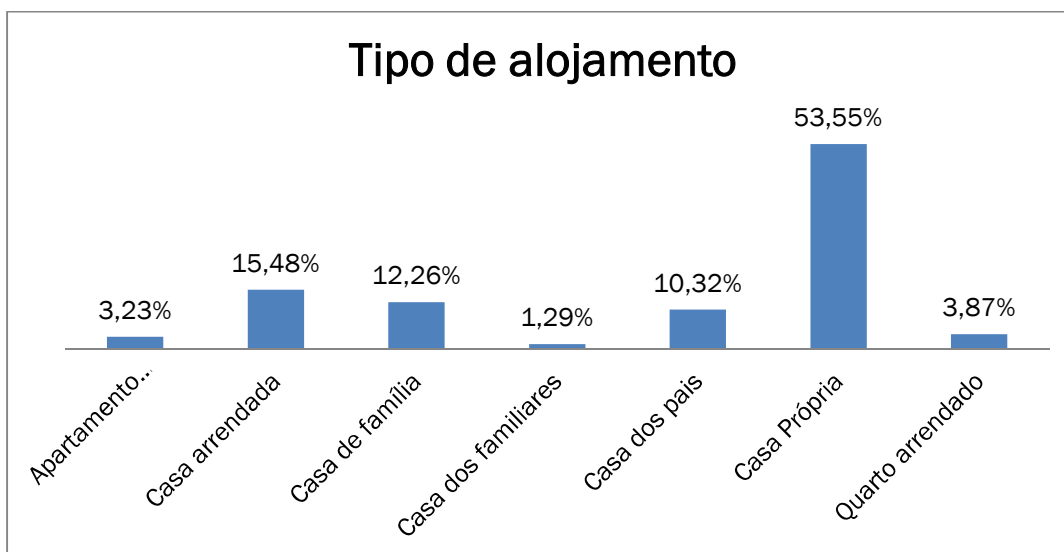
23,23% dos inquiridos tem 2 filhos, enquanto 0,65% dos inquiridos tem 7 filhos.

**Tabela 32: Tipo de alojamento**

Tipo de alojamento	Freq. Absoluta
Apartamento arrendado	5
Casa arrendada	24
Casa de família	19
Casa dos familiares	2
Casa dos pais	16
Casa Própria	83
Quarto arrendado	6
Total	155

Maior parte dos inquiridos tem casa própria.

**Gráfico 32 : Tipo de alojamento**



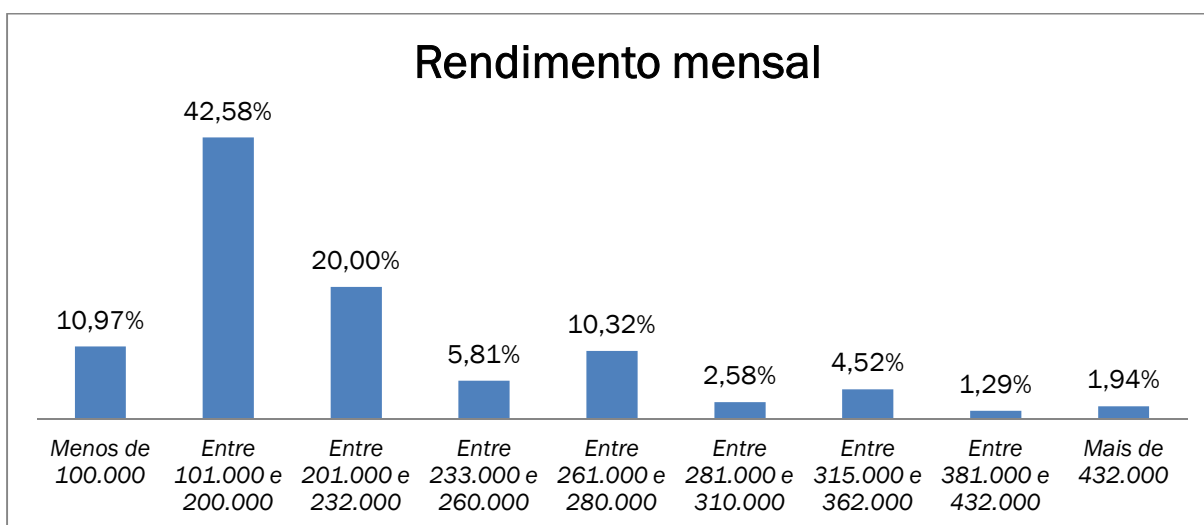
53,55% dos inquiridos tem casa própria e 1,29% vive em cas dos familiares.

**Tabela 33: Rendimento mensal**

Rendimento mensal	Freq. Absoluta
Menos de 100.000	17
Entre 101.000 e 200.000	66
Entre 201.000 e 232.000	31
Entre 233.000 e 260.000	9
Entre 261.000 e 280.000	16
Entre 281.000 e 310.000	4
Entre 315.000 e 362.000	7
Entre 381.000 e 432.000	2
Mais de 432.000	3
Total	155

Maior parte dos inquiridos tem um rendimento total entre 101.000,00 e 200.000,00.

**Gráfico 33 : Rendimento mensal**



42,58% tem um rendimento total entre 101.000,00 e 200.000,00, enquanto 1,29% tem um rendimento entre 381.000,00 e 432.000,00.

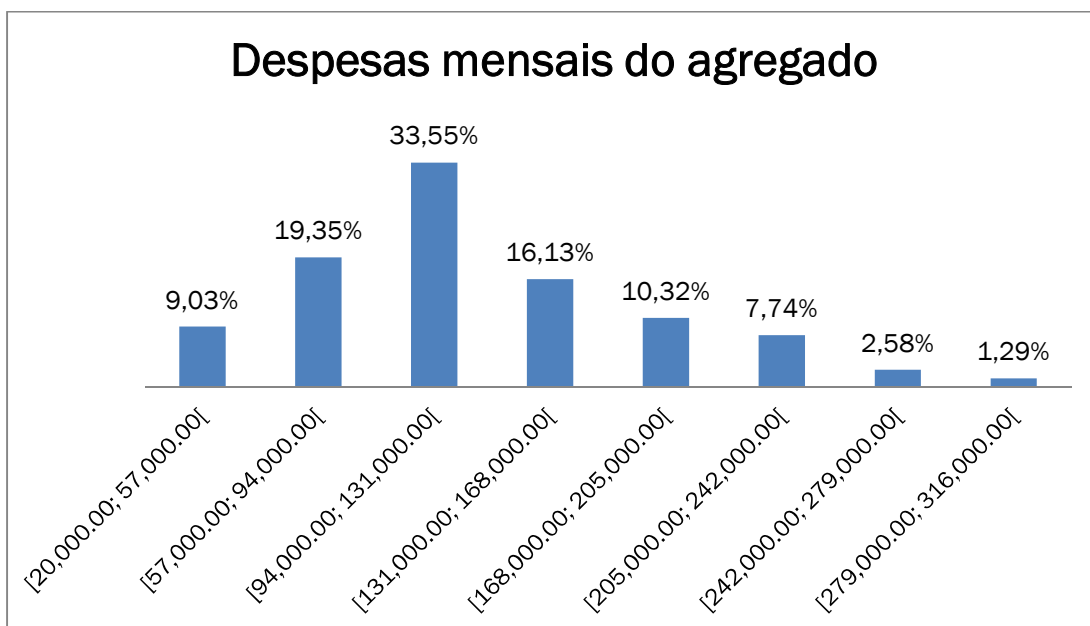
**Tabela 34: Despesas mensais do agregado**

Despesas mensais do agregado	Freq. Absoluta
[20,000.00; 57,000.00[	14
[57,000.00; 94,000.00[	30
[94,000.00; 131,000.00[	52
[131,000.00; 168,000.00[	25
[168,000.00; 205,000.00[	16
[205,000.00; 242,000.00[	12
[242,000.00; 279,000.00[	4
[279,000.00; 316,000.00[	2
Total	155

Maior parte dos inquiridos gasta mensalmente com o agregado entre 94.000,00 a 131.000,00.

As despesas mensais dos inquiridos com os agregados rondam os 125.633,55, uns mais e outros menos. Metade dos inquiridos tem despesas mensais com os agregados em 116.000,00 ou menos e a outra metade 116.000,00 ou mais. A despesa que mais se repete é de 80.000,00.

**Gráfico 34 : Despesas mensais do agregado**



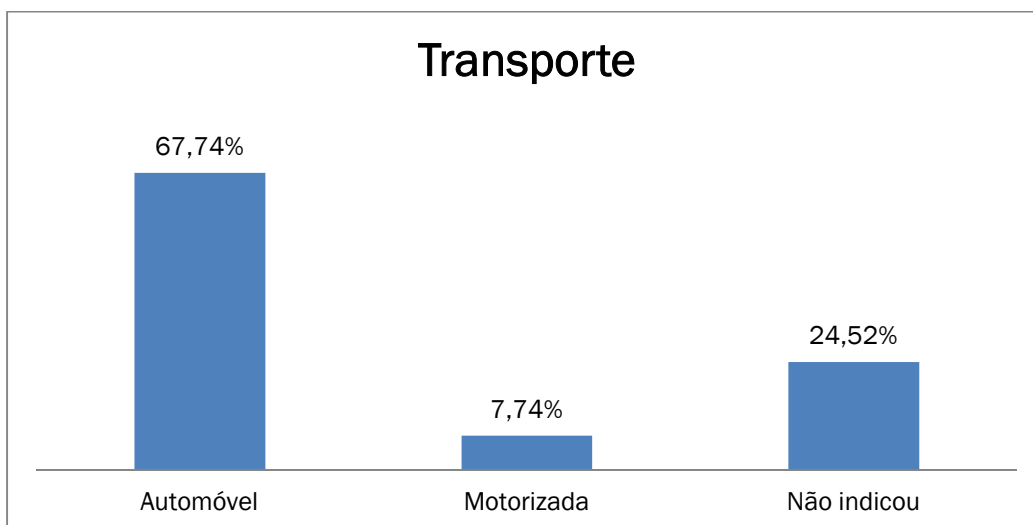
33,55% dos inquiridos tem despesas mensais entre os 94.000,00 a 131.000,00 e 1,29% tem despesas mensais entre os 94.000,00 a 131.000,00.

**Tabela 35: Transporte**

Transporte	Freq. Absoluta
Automóvel	105
Motorizada	12
Não indicou	38
Total	155

A tabela indica-nos que maior parte dos inquiridos têm automóvel.

**Gráfico 35: Transporte**



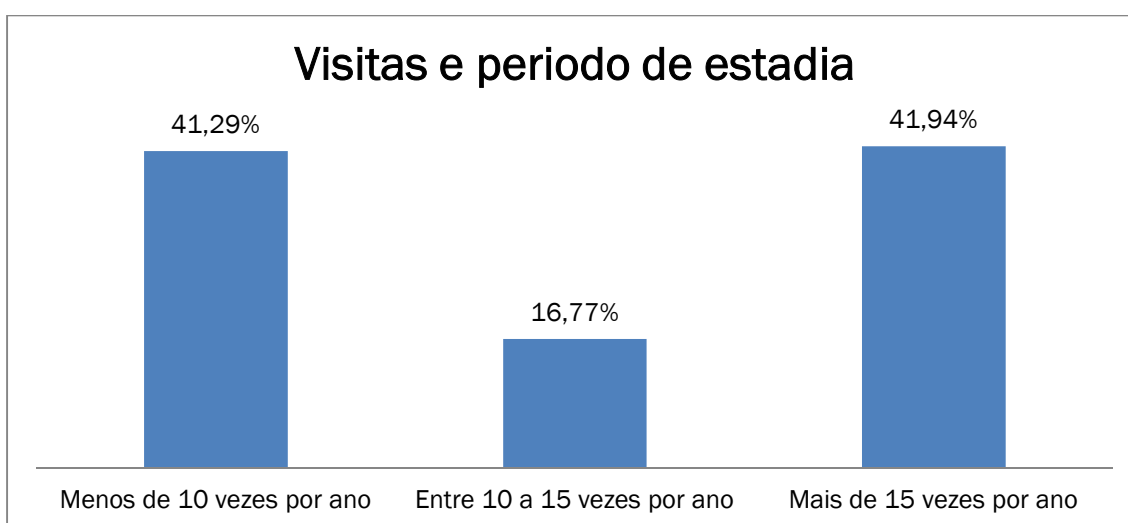
O gráfico mostra-nos que 67,74% dos inquiridos têm automóvel.

**Tabela 36: Visitas e períodos de estadias**

Visitas e período de estadia	Freq. Absoluta
Menos de 10 vezes por ano	64
Entre 10 a 15 vezes por ano	26
Mais de 15 vezes por ano	65
Total	155

Maior parte dos inquiridos visita e tem período de estadia, mais de 15 vezes por ano.

**Gráfico 36 : Visitas e período de estadia**



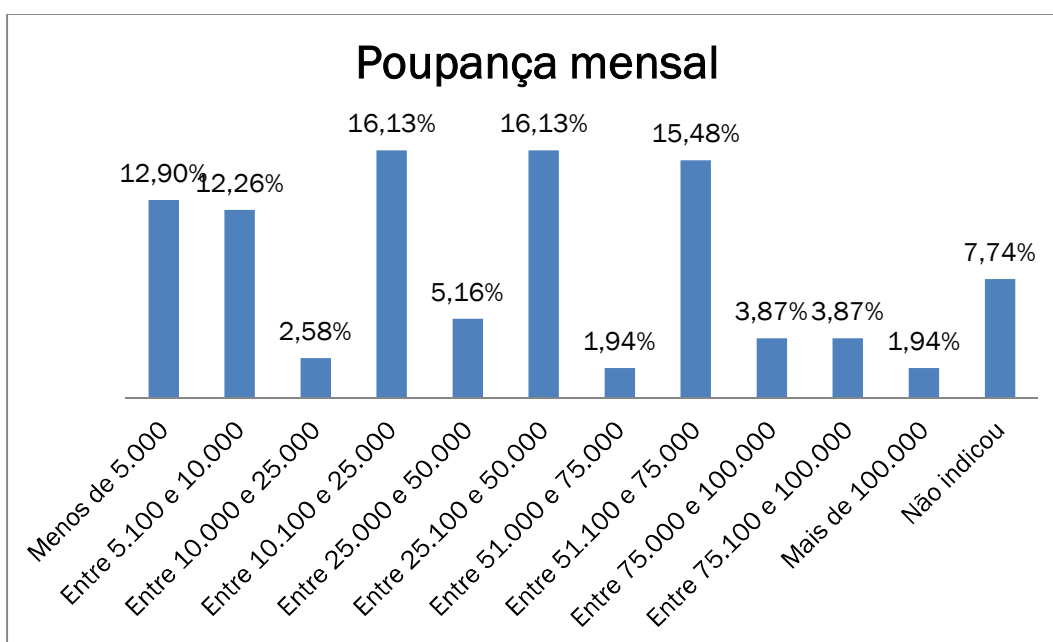
O gráfico sugere-nos que 41,94% dos inquiridos visita por um período de estadia por mais de 15 vezes por ano.

**Tabela 37: Poupança mensal**

Poupança mensal	Freq. Absoluta
Menos de 5.000	20
Entre 5.100 e 10.000	19
Entre 10.000 e 25.000	4
Entre 10.100 e 25.000	25
Entre 25.000 e 50.000	8
Entre 25.100 e 50.000	25
Entre 51.000 e 75.000	3
Entre 51.100 e 75.000	24
Entre 75.000 e 100.000	6
Entre 75.100 e 100.000	6
Mais de 100.000	3
Não indicou	12
Total	155

A poupança mensal de maior parte dos inquiridos é entre 10.100 e 25.000, e entre 25.100 e 50.000.

**Gráfico 37 : Poupança mensal**



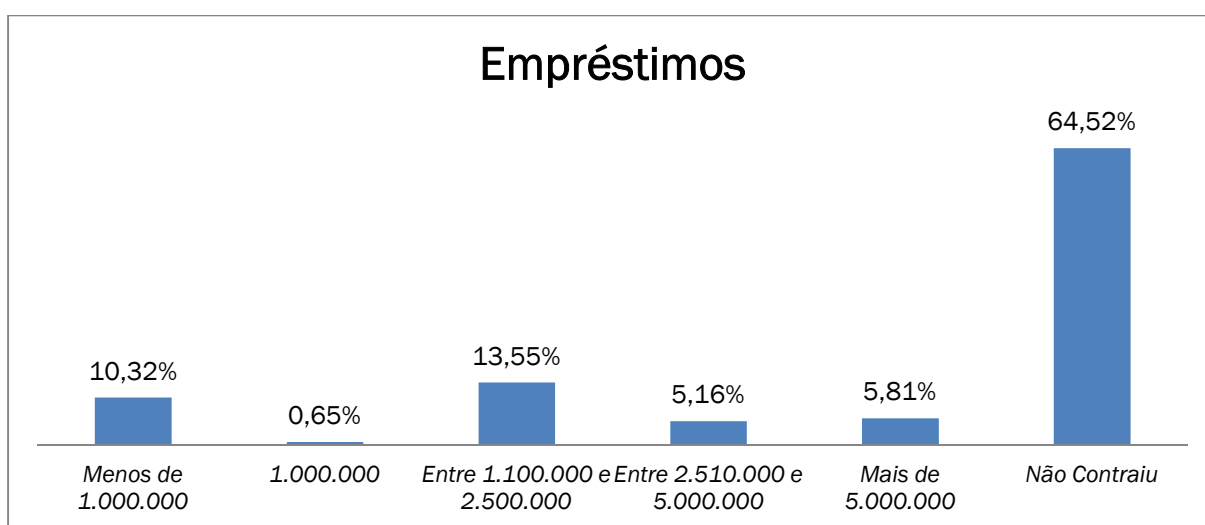
O gráfico mostra-nos que 16,13% têm uma poupança mensal entre 10.100 e 25.000, e entre 25.100 e 50.000.

**Tabela 38: Empréstimos**

<b>Empréstimos</b>	<b>Freq. Absoluta</b>
Menos de 1.000.000	16
1.000.000	1
Entre 1.100.000 e 2.500.000	21
Entre 2.510.000 e 5.000.000	8
Mais de 5.000.000	9
Não Contraiu	100
Total	155

Maior parte dos inquiridos não contraiu empréstimos.

**Gráfico 38 : Empréstimos**



O gráfico sugere-nos que 64,52% não contraiu empréstimo.

#### **4.2. Resumo da Análise de dados**

Neste capítulo apresentaremos e discutiremos os resultados dos dados recolhidos durante a nossa investigação. Neste estudo aplicamos inquéritos.

Neste ponto serão apresentadas as informações obtidas através dos inquéritos aplicados a 155 professores e a 181 alunos das escolas do 2º ciclo do ensino secundário de Benguela, nomeadamente: IMP (Instituto Médio Politécnico), EFP (Escola de Formação de Professores), EESIIC (Escola do 2º Ciclo do Ensino Secundário) e MP (Magistério Primário).

Inicialmente, todos os inquiridos foram informados sobre os objetivos do estudo e esclarecidos aspetos do inquérito e, só depois, responderam ao mesmo.

Para que se tenha uma melhor compreensão dos resultados, as respostas foram apresentadas em tabelas e gráfico, apontando os resultados obtidos em cada uma das respostas.

### **4.3. Inquérito aos Docentes**

O inquérito aplicado aos docentes foi composto por várias questões. As primeiras questões permitiram recolher dados sobre caracterização profissional, pessoal e familiar e por conseguinte a condição de vida.

Relativamente a caracterização profissional, no que tange a escola, constatou-se que maior parte dos professores inquiridos trabalham na escola Magistério Primário de Benguela o que corresponde a 26,45% dos inquiridos enquanto que 21,94% são do Instituto Médio Politécnico do Lobito. Isto ignifica que existe um equilíbrio na escolha das escolas por parte dos professores.

Pelo que, o estado deve investir mais na construção de infra-estruturas, particularmente em Institutos Médios Politécnicos, já que maior parte dos professores preferem as Escolas do 2º ciclo ensino geral e formação de professores.

No que toca a categoria profissional, com maior percentagem estão os professores do 2º ciclo do 6º escalão constituindo a maior parte da amostra o que corresponde à 34,19% dos inquiridos, seguindo-se os professores do 3º escalão que corresponde a 14,19%. Verificou-se que ainda existem professores que encontram-se no escalão baixo nomeadamente PIC (Professor do 1º ciclo) 3º e 6º escalão o que pressupõe que não encontram-se enquadrados.

O escalão baixo PIC (Professor do 1º ciclo) 3º e 6º escalão, indica que o estado deve criar políticas de reenquadramento para os professores que encontram-se fora da categoria do professor diplomado de modos a incentiva-

los e conseqüentemente elevar o estado motivacional para a qualidade de ensino. E relativamente à baixa percentagem 14,19%, pressupõe que, o estado deve criar mais concursos documentais ou públicos de forma periódica para elevar a categoria dos professores.

No que se refere aos anos em que os professores trabalham nas suas instituições, verificou-se que os professores prestam a sua docência na escola entre 1 a 5 anos ou seja os professores possuem um tempo de serviço correspondente a 4 anos o que perfaz a 34,19% e nenhum docente possui tempo de serviço entre 25 e 29 anos o que perfaz a 0 %.

A baixa percentagem, ilustra que o estado deve continuar a inserir professores jovens.

Relativamente à questão relacionada com o número de dias de trabalho, 54,19% dos professores responderam que têm 5 dias de trabalho e 0,65% têm dois dias de trabalho, mas constatou-se que nenhum professor tem 1 dia de trabalho.

Os dados referentes à baixa percentagem do número de dias de trabalho, ilustram que maior parte dos docentes encontram-se em regime de efetividade em suas instituições e que o estado absorve o regime de colaboração em pequena escala.

No que concerne à avaliação das condições de trabalho, verificou-se que 54,19% dos professores avaliaram as condições de trabalho como aceitáveis e 1,29% dos professores considerou as condições como más. Nenhum professor avaliou as condições de trabalho como muito más, o que pressupõe que as instituições escolares em causa reúnem condições infra-estruturais de trabalho.

Sumariando com o descrito acima, o estado deverá investir mais no aspeto físico das infra estruturas para facilitar as condições de trabalho para os docentes.

No que respeita ao sexo, 70,97% dos professores correspondem ao sexo masculino e 29,03% dos professores correspondem ao sexo feminino. Isto pressupõe que maioritariamente dos inquiridos são do sexo masculino.

A percentagem muito baixa de docentes do sexo feminino deverá levar a que o estado invista mais no ensino através de bolsas ou outros incentivos para aumentar o número de mulheres professoras.

Relativamente a idade, verificou-se que a idade dos professores varia entre 25 a 29 anos, destacando-se com maior percentagem o escalão que vai de 25 a 29 anos e 46 a 50 correspondendo a 17,42%, seguindo-se o escalão de 29 a 33 anos com 16,13%. Constatou-se que os professores no escalão de 55 a 59 anos são a minoria correspondendo a 1,94%. Não verificou-se professores do escalão dos 60 anos. Isto pressupõe que as escolas possuem professores mais jovens do que adulto.

A percentagem muito baixa de docentes com idade compreendida entre 55 a 59 anos deverá levar a que o estado crie um software de reforma imediata de modos a facilitar a pensão de reforma e deverá levar também a que o estado permita a inclusão de professores até 40 anos de idade para o concurso público.

No que concerne ao estado civil, constatou-se que 50,32% dos professores é casado e 0,65% dos professores é separado. Constatou-se que nenhum professor é divorciado.

A percentagem muito baixa de docentes separados, deverá levar a que o estado crie políticas de maior confiança, promoção de cargos e subsídios aos docentes casados de modos a incentivar os professores separados a se casarem.

No que toca à habilitação literária, com maior percentagem está a licenciatura perfazendo 64,52%, seguindo-se o bacharelato que corresponde a 19,35% e por último mestrado que corresponde a 16,13%. Constatou-se que nenhum professor possui o doutoramento e nenhum é técnico médio.

A percentagem muito baixa de docentes com o mestrado, deverá levar a que o estado invista mais no ensino através de bolsas ou outros incentivos para aumentar o número docentes com o mestrado e também deverá criar incentivos de elevação salarial.

Relativamente ao número de pessoas no agregado, verificou-se que 21,29% dos professores tem 6 pessoas no seu agregado e 0,65% dos professores tem 11 pessoas no agregado. Constatou-se que nenhum professor tem 1 pessoa no agregado.

A percentagem muito baixa de docentes com o número de pessoas no agregado, deverá levar a que o estado reduza o subsídio do abono familiar.

No que toca ao número de filhos, constatou-se que 23,23% dos professores tem 2 filhos e 0,65% dos professores tem 7 filhos. Verificou-se que 9,68% dos professores não tem filho.

A percentagem muito baixa de docentes com o número de filhos, deverá levar a que o estado reduza o subsídio do abono familiar.

Relativamente ao tipo de alojamento, os resultados revelam que 53,55% dos professores tem ou vive em casa própria e 1,29% dos professores vive em casa dos familiares.

A percentagem muito baixa de docentes quanto ao tipo de alojamento, deverá levar a que o estado crie política de financiamento de habitação do tipo aluguer de longa duração (ALD) para colmatar o número de professores sem casa própria.

No que concerne ao rendimento mensal, os resultados revelam que 42,58% dos professores tem um rendimento mensal entre 101.000 kzs e 200.000 kzs e 1,29% dos professores tem um rendimento mensal entre 381.000 kzs e 432.000 kzs. Constatou-se que 10,97% dos professores tem um rendimento menos de 100.000 kzs.

E relativamente a percentagem muito baixa de docentes quanto ao rendimento mensal, deverá levar a que o estado aumente o orçamento para o sector social particularmente na educação ou seja o estado deverá financiar

mais o sector da educação com objetivo de melhorar as condições de vida dos docentes.

Relativamente às despesas mensais do agregado, os resultados revelam que 33,55% dos professores tem despesas mensais entre 94.000 e 131.000 kzs e 1,29% dos professores tem despesas mensais entre 279.000 e 316,000 kzs. Em função dos resultados constatou-se que nenhum professor tem despesa mensal abaixo de 20.000 kzs.

A percentagem muito baixa de docentes quanto a despesas mensais do agregado, deverá levar a que o estado aumente o orçamento para o sector com objetivo de melhorar as condições de vida dos docentes.

No que concerne ao transporte, os resultados apontam que 67,74% dos professores têm automóvel e 7,74% têm motorizada enquanto que 24,52% não indicou o tipo de transporte. Nenhum professor afirmou não ter transporte.

A percentagem muito baixa de docentes no que concerne ao transporte, deverá levar a que o estado invista mais no financiamento para a concessão do crédito automóvel de modos a melhorar as condições de trabalho e de vida dos docentes.

Relativamente à poupança mensal, os resultados indicam que 16,13% dos professores tem uma poupança mensal entre 25.000 e 50.000 kzs e 1,94% tem uma poupança mensal entre 51.000 e 75.000 kzs. De acordo os resultados percebe-se que todos professores fazem poupança apesar de 7,74% dos professores não terem indicado.

E relativamente a percentagem muito baixa de docentes quanto a poupança mensal, deverá levar a que o estado aumente a política de educação financeira de modos a cultivar o hábito para tal efeito.

No que concerne à empréstimos bancários, os resultados apontam que 64,52% dos professores não contraiu empréstimos e 0,65% contraiu empréstimo de 1.000.000 de kzs. De acordo com os resultados, verifica-se que maior parte dos professores vive do rendimento mensal.

A percentagem muito baixa de docentes no que concerne a contração de empréstimo bancário, deverá levar a que o estado financie mais os bancos, de maneiras a facilitar o acesso ao crédito bancário.

No que tange a escola, constatou-se que maior parte dos alunos inquiridos estudam na escola Instituto Médio Politécnico do Lobito o que corresponde a 59,12% dos inquiridos enquanto que 21,55% são do Magistério Primário de Benguela.

Pelo que, o estado deve investir mais na construção de infra-estruturas, particularmente em Escolas do 2º Ciclo do Ensino do Ensino Secundário, já que maior parte dos alunos preferem os Institutos Médios Politécnicos do Lobito.

#### **4.4. Inquérito aos alunos**

O inquérito aplicado aos alunos foi composto por várias questões. As primeiras questões permitiram recolher dados sobre caracterização pessoal, percurso escolar, condição de vida e por conseguinte a caracterização familiar.

Relativamente ao sexo, 59,67% dos alunos correspondem ao sexo masculino e 40,33% dos alunos correspondem ao sexo feminino. Isto pressupõe que maioritariamente dos inquiridos são do sexo masculino.

A percentagem muito baixa dos alunos do sexo feminino deverá levar a que o estado invista mais no ensino através de bolsas internas e outros incentivos para aumentar o número de mulheres alunas.

No que concerne a idade, verificou-se que a idade dos alunos varia entre 15 a 16 anos, destacando-se com maior percentagem o escalão que vai de 15 a 16 correspondendo a 31,49%, seguindo-se o escalão de 18 a 19 anos com 17,13%. Constatou-se que os alunos no escalão de 23 a 24 anos são a minoria correspondendo a 0,55%. Não verificou-se alunos do escalão dos 30 anos. Isto pressupõe que as escolas possuem alunos mais jovens do que adultos.

A percentagem muito baixa de alunos com idade compreendida entre 23 a 24 anos, deverá levar a que o estado crie políticas de inserção dos alunos no período diurno com vista a diminuir o número de cidadãos fora do sistema educativo.

No que concerne ao curso em que os alunos frequentam, verificou-se que 21,55% frequentam o curso FPDF (Formação de Professores do Ensino Primário) e 18,78% frequentam o curso de Metalomecânica. Mas constatou-se que, 20,44% frequentam o curso de Ambiente e Control de Qualidade. Isto pressupõe que existe um ligeiro equilíbrio entre a preferência dos cursos nas escolas politécnicas e secundárias do ensino geral.

A percentagem baixa do curso frequentado pelos alunos, deverá levar a que o estado invista mais na divulgação dos cursos, e as suas saídas profissionais de modos a estimular os alunos profissionalmente.

E relativamente ao tipo de aluno, constatou-se que 81,22% correspondem ao tipo de aluno ordinário, ou seja, não possuem emprego e 18,78% correspondem ao tipo de aluno trabalhador.

A percentagem muito baixa quanto ao tipo de aluno, deverá levar a que o estado invista mais nas condições sociais dos pais, e crie políticas de estágios e conseqüentemente um enquadramento de modos a reduzir a busca pelo emprego enquanto estudante.

No que concerne à 1ª escolha do ensino médio, verificou-se que 64,64% correspondem aos alunos que frequentam o curso escolhido em primeiro lugar e 35,36% correspondem aos alunos que frequentam o curso não escolhido em primeiro lugar.

Relativamente à 1ª escolha do ensino médio dos alunos, deverá levar a que o estado invista mais na construção de infra-estruturas (escolas) de modo a colmatar a falta de poder de escolha a diferentes cursos, para que os alunos tenham uma visão/projeção futura do que almejam em suas vidas.

E no que tange a via de acesso ao ensino médio, constatou-se que 78,45% correspondem aos alunos que tiveram acesso ao ensino médio por via

documental e 21,55% correspondem aos alunos que tiveram acesso ao ensino médio por via do exame de admissão. Isto pressupõe que maior parte dos alunos tiveram acesso ao ensino médio por via documental.

A percentagem muito baixa quanto a via de acesso ao ensino médio, deverá levar a que o estado reveja as políticas de acesso, no que tange ao nível de literacia dos alunos o que influencia na qualidade de ensino.

Relativamente à ao tipo de alojamento, verificou-se que 88,95% correspondem aos alunos que vivem com os pais e 0,55% correspondem aos alunos que vivem em casa arrendada. Isto pressupõe que maior parte dos alunos reside com os pais.

A percentagem muito baixa quanto ao tipo de alojamento, deverá levar a que o estado crie políticas de regime de internato, de modo a enquadrar os alunos que não vivem com os pais, com finalidade de possuírem uma conduta mais aceitável e conseqüentemente um acompanhamento.

No que concerne as condições de alojamento, constatou-se que 57,46% correspondem as condições aceitáveis e 2,76% correspondem as condições muito más. Isto pressupõe que maior parte dos alunos vive em condições aceitáveis.

A percentagem muito baixa quanto as condições de alojamento, deverá levar a que o estado crie políticas de diminuição da pobreza e proporcionar condições as famílias para que os seus filhos tenham uma vida sadia e consigam assimilar adequadamente os conhecimentos.

No que concerne ao orçamento mensal em kwanzas, verificou-se que 36,67% correspondem ao orçamento que varia entre 13.000 e 23.000 kzs e 0,55% corresponde ao orçamento que varia entre 73.000 e 83.000. Isto pressupõe que maior parte dos alunos tem um orçamento entre 13.000 e 23.000.

A percentagem muito baixa quanto ao orçamento mensal em kwanza, deverá levar a que o estado crie políticas de diminuição nos preços aos serviços públicos de modo a minimizar os custos.

Relativamente à avaliação financeira dos alunos, constatou-se que, 53,04% correspondem a uma situação financeira razoável e 2,21% correspondem a uma situação financeira muito má.

A percentagem muito baixa quanto a avaliação da situação financeira, deverá levar a que o estado crie políticas de aumento na renda das famílias para equilibrar o estilo e a qualidade de vida e por transitividade este equilíbrio e qualidade de vida se vai refletir aos filhos, alunos no caso.

E no que tange ao local habitual para refeições, constatou-se que, 99,45% correspondem aos alunos que fazem refeições em casa e 0,55% correspondem aos alunos que fazem refeições na cantina escolar.

A percentagem muito baixa quanto ao local habitual para refeições, deverá levar a que o estado crie políticas de cantinas escolares com preços baixos, de modo a atrair alunos, concentra-los e mante-los mais cedo e mais tempo na escola sobretudo para os alunos trabalhadores.

Relativamente ao transporte, constatou-se que 66,30% correspondem aos alunos que fazem o uso do transporte público e 1,10% correspondem aos alunos que fazem o uso do automóvel não público.

A percentagem muito baixa quanto ao transporte utilizado pelos alunos, deverá levar a que o estado invista e personalize mais os serviços de transportes públicos dando mais dignidade ao cidadão.

E relativamente a caracterização profissional dos pais, constatou-se que 55,25% correspondem aos alunos com pais (Pai e Mãe) empregados e 0,55% correspondem aos alunos com Pai reformado e Mãe falecida.

A percentagem muito baixa quanto a caracterização profissional dos pais, deverá levar a que o estado crie políticas de subsídio de desemprego.

---

## 5. CONCLUSÕES

---

O presente estudo sobre **Financiamento do Sistema Educativo em Angola presente e futuro: o custo por aluno na província de Benguela**, visa compreender como as escolas são financiadas, as variáveis que influenciam no cálculo do custo por aluno.

Sumariando o descrito no capítulo da análise de dados chegou-se as seguintes conclusões:

- O custo mensal por aluno é de 10.000 kwanzas, que são utilizados para o transporte e alimentação durante as aulas.
- Tendo em conta a duração do ano lectivo escolar, o custo por aluno neste período é de 90.000 kwanzas.
- O estado deve criar políticas de transportes escolares e cantinas escolares para minimizar os custos.
- O estado deve aumentar o orçamento no sector da educação, para colmatar a condição de vida dos docentes.

---

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ✓ Cabugueira, Artur Carlos Crespo Martins - O capital humano: contributo reflexivo para o estudo da relação entre a educação, a economia e o desenvolvimento humano.
- ✓ Cardona, Maria (2011) - Educação e desenvolvimento: um estudo baseado na realidade da educação pré-escolar e do ensino básico em São Tomé e Príncipe
- ✓ Carreira, Carlos - Educação para o desenvolvimento: a educação como via para a erradicação da pobreza (2011)
- ✓ Fernandes, J.M.S. Rua (2009). O impacto económico das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional: o caso do instituto politécnico de Bragança.
- ✓ Martins, Maria José D., Mogarro, Maria João (2010) - A educação para a cidadania no século XXI, Editora: Revista Ibero-americana de Educación
- ✓ Martins, Victor Tavares (1999) - Desenvolvimento pessoal, Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu.
- ✓ Martins, António Maria. Parchão, Yvette (2011) - Educação, trabalho e processos de desenvolvimento, Editor: Skepsis.org
- ✓ Ministério de Educação da República de Angola – Assembleia Nacional (2001). Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei n.º 13/01 de 31 de Dezembro). Luanda.
- ✓ Rela, José Manuel Zenha (2005) – ANGOLA: O futuro já começou Editorial: Nzila, 2ª edição (revista e actualizada). COLECÇÃO: Universitária III. Série: Economia
- ✓ Vários autores (2004) - (5) ANAIS - Educação e Desenvolvimento editora- UIED (Unidade de Investigação de Educação e Desenvolvimento) - FCTUNL
- ✓ Vieira, Laurindo (2007). - ANGOLA: A dimensão ideológica da educação 1975-1992 Editorial: Nzila, 1ª edição. COLECÇÃO: Universitária II. Série: Educação

---

## 7. ANEXO 1

---

ESCOLAS DO 2º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO /ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESCOLA DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL

### INQUÉRITO AOS DOCENTES

Este inquérito enquadra-se num trabalho de mestrado na qual pretende-se determinar ou modelar o custo por aluno na província /cidade de Benguela, nas escolas do 2º ciclo, de formação de professores e técnica e profissional, sendo necessário, para tal, a caracterização socioeconómica do docente.

Porém, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do mesmo. Os dados recolhidos são essencialmente confidenciais e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado. Assegura-se o anonimato das respostas.

**1. CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL**

**1. Qual a sua categoria profissional?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- PIIC do 1º escalão
- PIIC do 2º escalão
- PIIC do 3º escalão
- PIIC do 4º escalão
- PIIC do 5º escalão
- PIIC do 6º escalão
- PIIC do 7º escalão
- Outra

Qual ? \_\_\_\_\_

**2. Local onde desempenha as suas funções:**

**Escolhe apenas uma resposta**

- EESIIC Lobito
- EESIIC Benguela
- EFP Lobito
- IMP do Lobito
- MP Benguela
- Outro

Qual? \_\_\_\_\_

**3. Há quantos anos trabalha na sua escola?**

**4. Quantos dias por semana está, em média, na sua escola?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- 1 dia
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias

**5. Como avalia as instalações da escola onde trabalha?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Muito satisfatórias
- Satisfatórias
- Aceitáveis
- Muito más

**2. CARACTERIZAÇÃO PESSOAL E FAMILIAR**

**6. Sexo:**

- Masculino
- Feminino

**7. Idade**

**8. Estado civil:**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Separado (a)
- Divorciado (a)
- União de factos
- Viúvo (a)

**9. Habilitações académicas:**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

10. Qual é o município onde é natural?

\_\_\_\_\_

11. Qual é o município de residência atual? \_\_\_\_\_

12. Mudou de município para desempenhar as suas funções na sua escola?

- Sim

- Não

13. Quantas pessoas constituem o seu agregado familiar?  Pessoas

14. Tem filhos?

- Sim

- Não

15. Se respondeu SIM à questão anterior, indique:

**Escolhe apenas uma resposta**

15.1 Quantos filhos tem?  filho (s)

15.2 Qual é a idade do mais novo?  anos

15.3 O número de filhos e o respetivo ciclo em que se encontra:

		<u>Ensino Público</u>	<u>Ensino Privado</u>
- Creche	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Ensino primário	<input type="checkbox"/>		
- 1º Ciclo secundário	<input type="checkbox"/>		
- 2º Ciclo Secundário	<input type="checkbox"/>		
- Outro. Qual?	_____		

### 3. CONDIÇÕES DE VIDA

16. Qual o tipo de alojamento durante o ano lectivo?

Escolhe apenas uma resposta

- Quarto arrendado
  - Casa dos pais/ família
  - Casa / apartamento próprio
  - Outro
- Qual? \_\_\_\_\_

17. Qual é o rendimento líquido mensal do seu agregado familiar?

Escolhe apenas uma resposta

- Menos de 100.000 kz
- Entre 101.000 e 200.000 kzs
- Entre 201. 000 e 232.000 kzs
- Entre 233.000 e 260.000 kzs
- Entre 261.000 e 280.000 kzs
- Entre 281.000 e 310.000 kzs
- Entre 315.000 e 362.000 kzs
- Entre 363.000 e 380.000 kzs
- Entre 381.000 e 432.000 kzs
- Mais de 432.000 kz

**18. Quais os gastos médios mensais do seu agregado familiar com:**

- 18.1 Alojamento (*renda ou prestação de empréstimo*):  kzs
- Educação dos filho  kzs
- Alimentação:  kzs
- Livros e outro material escolar:  kzs
- Despesas de saúde:  kzs
- Atividades de lazer (*filmes, espetáculos, etc*):  kzs
- Bens pessoais (*roupa, artigos de higiene, detergentes etc*) :  kzs
- Material informático e internet:  kzs
- Despesas correntes (*eletricidade, gás, água, sinais parabólicos, etc*):  Kzs
- Outras despesas:  kzs

Especifique: \_\_\_\_\_

**19. Onde faz regularmente as suas refeições? Escolhe apenas uma resposta**

- |                        | Pequeno-almoço        | Almoço                | Jantar                |
|------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| - Em casa              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Na cantina da Escola | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - No bar da Escola     | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Em restaurantes      | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

**20. Possui meio de transporte próprio?**

- Sim
- Não

**21. Se não possui transporte próprio, indique quais os gastos médios mensais com deslocações (por ex: bilhete de autocarro, táxi, passagem aérea, etc):**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Menos de 5000 kzs
- Entre 5100 e 8000 kzs
- Entre 8100 e 10000 kzs
- Entre 10.100 e 12.500 kzs
- Entre 12.600 e 15.000 kzs
- Mais de 15.000 kzs

**22. Se possui transporte próprio, especifique:**

**22.1 Quais os meios de transporte que o seu agregado familiar possui e respetiva quantidade?**

- Automóvel
- Motorizada (menos de 50 c.c)
- Motorizada (mais de de 50 c.c)
- Outro. Especifique

**22.2 Quais os gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte (por exemplo: gasolina, manutenção, reparações, seguro, etc.)?**

**Escolhe penas uma resposta.**

- Menos de 5000 kzs
- Entre 5000 kzs e 7500 kzs
- Entre 7500 kzs e 10.000 kzs
- Entre 10.100 kzs e 15.000 kzs
- Entre 15.100 kzs e 20.000 kzs
- 20.100 kzs e 30.000 kzs
- 30.100 kzs e 50.000 kzs
- Mais de 50.000

**22.3 Quais os gastos médios mensais com deslocações em outros meios de transporte ( por exemplo: bilhete de autocarro, táxi, passagem aérea, etc.)?**

**Escolhe apenas uma resposta.**

- Menos de 5000 kzs
- Entre 5000 kzs e 7500 kzs
- Entre 7500 kzs e 10.000 kzs
- Entre 10.100 kzs e 12.500 kzs
- Entre 12.500 kzs e 15.000 kzs
- Mais de 15.000 kzs

**23. Com que frequência costuma receber visitas de família / amigos?**

**Escolha apenas uma resposta.**

- Nunca
- Menos de 10 vezes por ano
- Entre 10 a 15 vezes por ano
- Mais de 15 vezes por ano

**24. Quanto tempo, em média, permanecem as visitas?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Menos de 24 horas
- Entre 24 horas e dois dias
- Três ou mais dias

**25. Quanto gasta em média, cada visita por dia?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Menos de 5000 kzs
- Entre 5100 kzs e 7500 kzs
- Entre 7500 kzs e 10.000 kzs
- Entre 10.100 kzs e 15.000 kzs
- Entre 15.100 kzs e 17.000 kzs
- Mais de 17.500 kzs

26. O seu vencimento é depositado numa dependência bancária do município onde trabalha?

- Sim

- Não

27. A sua poupança é depositada numa dependência bancária do município onde trabalha?

- Sim

- Não

28. Em média, quanto poupa por mês?

**Escolhe apenas uma resposta.**

- Menos de 5000 kzs

- Entre 5100 kzs e 10000 kzs

- Entre 10.100 kzs e 25.000 kzs

- Entre 25.100 kzs e 50.000 kzs

- Entre 51.100 kzs e 75.000 kzs

- Entre 75.100kzs e 100.000

- Mais de 100.000

29. Tem algum empréstimo numa dependência bancária do município onde trabalha?

- Sim

- Não

30. Se respondeu SIM à questão anterior, indique qual o montante inicial:

**Escolhe apenas uma resposta**

- Menos de 1000.000 kzs

- Entre 1100.000kzs e 2.500.000 kzs

- Entre 10100 kzs e 25000 kzs

- Entre 2.510.000 kzs e 5.000.000 kzs

- Mais de 5.000.000 kzs

---

## 8. ANEXO 2

---

ESCOLAS DO 2º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO /ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESCOLA DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL

### INQUÉRITO AOS ALUNOS

Este inquérito enquadra-se num trabalho de mestrado na qual pretende-se determinar ou modelar o custo por aluno na província /cidade de Benguela, nas escolas do 2º ciclo, de formação de professores e técnica e profissional, sendo necessário, para tal, a caracterização socioeconómica dos alunos.

Porém, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do mesmo. Os dados recolhidos são essencialmente confidenciais e serão tratados tendo como único objetivo o trabalho acima mencionado. Assegura-se o anonimato das respostas.

## 1. CARACTERIZAÇÃO PESSOAL

### 1. Sexo:

- Masculino
- Feminino

2. Idade  anos

### 3. Nacionalidade:

- Angolana
- Outra  Qual? \_\_\_\_\_

### 4. Estado civil:

Escolhe apenas uma resposta

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Separado (a)
- Divorciado (a)
- União de factos
- Viúvo (a)

### 5. Tem filhos?

- Sim
- Não

### 6. Se respondeu SIM à questão anterior, indique:

6.1 Quantos filhos tem?  filho (s)

6.2 Qual é a idade do mais novo?  anos

7. Qual o município é natural? \_\_\_\_\_

8. Qual o município de residência atual? \_\_\_\_\_

9. Qual o município de residência dos seus pais? \_\_\_\_\_

10. Mudou de município de residência para frequentar o atual curso?

-Sim

- Não

11. Qual foi o principal motivo pela qual reside nesta região?

Escolhe apenas uma resposta

-Natural da região

- Frequência do ensino médio

- Motivos profissionais

- Outro

Qual? \_\_\_\_\_

## 2. PERCURSO ESCOLAR

12. Curso \_\_\_\_\_

13. Classe em que está matriculado:

Escolhe apenas uma resposta.

- 10ª Classe

- 11ª Classe

- 12ª Classe -

- 13ª Classe

14. Ano da 1ª matrícula

--	--	--	--

15. Aluno:

- Ordinário

- Trabalhador

**16. Escola que frequenta:**

**Escolhe apenas uma resposta**

- EESIIC Lobito
- EESIIC Benguela
- EFP Lobito
- IMP do Lobito
- MP Benguela

**17. O curso onde ingressou foi a sua 1ª opção?**

- Sim
- Não

**18. Qual foi a via de acesso ao ensino médio?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Exame de admissão
- Documentais
- Outra

Qual? \_\_\_\_\_

**19. Possuía experiência de trabalho/ formação profissional antes de entrar no ensino médio?**

- Sim
- Não

**3. SITUAÇÃO ESCOLAR ACTUAL**

**20.Quantas horas dedica semanalmente à frequência das aulas?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Menos de 5 horas
- De 6 a 10 horas
- De 11 a 20 horas
- De 21 a 30 horas
- Mais de 30 horas

**21. Quantas horas dedica semanalmente ao estudo pessoal?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Menos de 5 horas
- De 6 a 10 horas
- De 11 a 20 horas
- De 21 a 30 horas
- Mais de 30 horas

**22. Qual a sua situação ocupacional?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Patrão (com empregados)   
*(isto é, trabalha por conta própria com um ou mais trabalhadores ao seu serviço)*
- Independente (sem empregados)
- Assalariado   
*(isto é, trabalha por conta de outrem, e recebe uma remuneração)*
- Familiar não remunerado   
*(isto é, trabalha numa empresa ou estabelecimento pertencente a um familiar sem receber qualquer remuneração)*
- Outra situação  Qual? \_\_\_\_\_

**23. Quantas horas trabalha semanalmente?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Menos de 5 horas
- De 5 a 10 horas
- De 11 a 15 horas
- De 15 a 30 horas
- Mais de 30 horas

**24. Qual a relação entre a sua atividade profissional e o estudo?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Completamente relacionadas
- Bastante relacionadas
- Pouco relacionadas
- Não estão de todo relacionadas

**4. CONDIÇÕES DE VIDA**

**25. Qual o tipo de alojamento durante o ano lectivo?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Quarto arrendado individual
- Quarto arrendado partilhado
- Lar residencial de estudantes
- Casa dos pais/familiares
- Casa/ apartamento próprio
- Casa /apartamento arrendado
- Outro  Qual? \_\_\_\_\_

**26. Como avalias as suas condições de alojamento?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Muito satisfatórias
- Satisfatórias
- Aceitáveis
- Más
- Muito más

27. Indique o rendimento /orçamento médio mensal à sua disposição segundo a fonte de origem:

Escolhe apenas uma resposta

- Família ou companheiro(a)  kzs
- Apoio financeiro estatal na forma de:
  - Subsídio (não reembolsável)  kzs
  - Empréstimo (reembolsável)  kzs
  - Bolsa escolar (não reembolsável)  kzs
- Apoio financeiro de empresas não estatais  kzs
- Rendimento ganho através do trabalho  kzs
- Outras fontes. Especifique:  kzs

28. Indique o valor médio mensal das despesas que sua família tem com:

*Bens, tais como comida que traz de casa, bilhetes de autocarro/táxi comprados por familiares, etc.*

29. Especifique quais os gastos médios mensais que tem com:

Escolhe apenas uma resposta

- 29.1 Alojamento:  kzs
- 29.2 Alimentação  kzs
- 29.3 Livro e outro material escolar:  kzs
- 29.4 Despesas de saúde:  kzs
- 29.5 Atividades de lazer (por ex: filmes, espetáculos, etc.):  kzs
- 29.6 Bens pessoais (por ex: roupa, artigos de higiene, detergentes, etc.):  kzs
- 29.7 Material informático e internet:  kzs
- 29.8. Propinas, taxas de matrícula, taxa de exames, etc:  kzs
- 29.9 Outras despesas. Especifique:  kzs

**30. Como avalia a sua situação financeira?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Muito boa

*(isto é, conseguiu poupar dinheiro)*

- Boa

*(isto é, não teve qualquer problema)*

Razoável

*(isto é, fez face as despesas)*

Má

*(isto é, teve que cortar muitas despesas)*

Muito má

*(isto é, teve de recorrer a empréstimos \ utilizou poupanças)*

**31. Onde faz regularmente as suas refeições?**

**Escolhe apenas uma resposta**

	Pequeno-almoço	Almoço	Jantar
- Em casa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Na cantina da Escola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- No bar da Escola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Em restaurantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**32. Qual é a distância entre a atual residência e o estabelecimento de ensino?**

**Escolhe apenas uma resposta**

-2km

- 5km

-10km

-15km

- 30km

33. Qual o meio de transporte utilizado nas deslocações entre a atual residência e o estabelecimento de ensino?

Escolhe apenas uma resposta

- A pé
- Transporte público
- Transporte próprio
- Outro  Qual? \_\_\_\_\_

34. Se não possui transporte próprio, indique quais os gastos médios mensais com deslocações (por ex: bilhete de autocarro, táxi, etc.) entre a residência no período lectivo e:

Escolhe apenas uma resposta

	Estabelecimento de ensino	Casa de família
- Menos de 5000 kzs	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Entre 5100 e 8000 kzs	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Entre 8100 e 10000 kzs	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Entre 10.100 e 12.500 kzs	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Entre 12.600 e 15.000 kzs-	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Mais de 15.000 kzs	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

35. Se possui transporte próprio, indique:

Escolhe apenas uma resposta

35.1 Quais os meios de transporte que possui:

- Automóvel
- Motorizada (menos de 50 c.c)
- Motorizada (mais de 50 c.c)
- Outro.  Qual? \_\_\_\_\_

**35.2 Quais os gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte (por exemplo: gasolina, manutenção, reparações, seguro, etc.)?**

Escolhe apenas uma resposta.

- Menos de 5000 kzs
- Entre 5000 kzs e 7500 kzs
- Entre 7500 kzs e 10.000 kzs
- Entre 10.100 kzs e 15.000 kzs
- Entre 15.100 kzs e 20.000 kzs
- Entre 20.100 kzs e 30.000 kzs
- Mais de 30.100 kzs

**35.3 Quais os gastos médios mensais com deslocações em outros meios de transporte (por exemplo: bilhete de autocarro, táxi, etc.)?**

Escolhe apenas uma resposta.

- Menos de 5000 kzs
- Entre 5000 kzs e 7500 kzs
- Entre 7500 kzs e 10.000 kzs
- Entre 10.100 kzs e 12.500 kzs -
- Entre 12.500 kzs e 15.000 kzs
- Mais de1 5.000 kzs

**36. Com que frequência costuma receber visitas de família / amigos?**

Escolhe apenas uma resposta.

- Nunca
- Menos de 10 vezes por na
- Entre 10 a 15 vezes por ano
- Mais de 15 vezes por ano

**37. Quanto tempo, em média, permanecem as visitas?**

**Escolha apenas uma resposta**

- Menos de 24 horas
- Entre 24 horas e dois dias
- Mais de 3 dias

**38. Quanto gasta em média, cada visita por dia?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- Menos de 5000 kzs
- Entre 5100 kzs e 7500 kzs
- Entre 7500 kzs e 10.000 kzs
- Entre 10.100 kzs e 15.000 kzs
- Entre 15.100 kzs e 17.000 kzs
- Mais de 17.500 kzs

**5. CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR**

**39. Qual a situação profissional atual dos seus pais?**

**Escolhe apenas uma resposta**

- |                    | <b>Mãe</b>            | <b>Pai</b>            |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|
| - Empregado (a)    | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Desempregado (a) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Reformado (a)    | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Falecido(a)      | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Outra            | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

**40. Qual a categoria socioprofissional atual dos seus pais?**

	<b>Mãe</b>	<b>Pai</b>
- Membro das forças armadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Quadro superior e dirigente da Adm. Pública e de empresas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Especialista das profissões intelectuais e científicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
-Técnicos e profissionais de nível intermédio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Pessoal administrativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Agricultores e trab. qualificados da agricultura e pescas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Pessoal dos serviços e vendedores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Operários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Operadores de instalações e máquinas e trab. de montagem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Trabalhadores não qualificados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Doméstico (a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**41. Qual é o nível de escolaridade (completo) dos seus pais?**

**Escolhe apenas uma resposta**

	<b>Mãe</b>	<b>Pai</b>
-Ensino primário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Ensino secundário 1º ciclo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Ensino secundário 2º ciclo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
-Bacharelato	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Licenciatura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Pós- Graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>